Uma Arquitetura de Segurança para as Américas no Século XXI: Cooperação Multilateral, Paz Democrática e Poderio Flexível

Coronel Joseph R. Núñez, Exército dos EUA

Penso que enganamos a nós mesmos, em nosso próprio hemisfério, ao não prestarmos mais atenção em ir além da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que obviamente é muito importante.[1]

Congressista Robert Menendez (Democrata-Nova Jersey)

Nós buscamos não só vizinhos, mas parceiros fortes. Buscamos não só o progresso, mas a prosperidade compartilhada. Com persistência e coragem, talhamos o último século como um século americano. Com liderança e compromisso, este pode ser o século das Américas.... Se eu me tornar presidente, olharei para o Sul, não como uma reflexão tardia, mas como um compromisso fundamental para a minha presidência.[2]

O então Governador George W. Bush (Republicano-Texas)

Introdução e Tendências Significantes

Em cada século, existem poucas oportunidades para uma potência - tal como os Estados Unidos - fazer uma mudança significativa na estratégia principal de uma região importante do mundo. Hoje, as nações do Hemisfério Ocidental possuem um momento passageiro para criar uma nova comunidade. O regionalismo está em voga nas Américas e ao redor do mundo, assim sendo, aparecem modos novos de interagir econômica, política, social e militarmente. Os Estados dedicam pensamento e planejamento consideráveis para assuntos econômicos, particularmente para o comércio, mas pouco tem sido dedicado à necessidade de cooperação em termos de segurança, que surge em função das outras áreas de integração.

Esta monografia trata da tarefa de criar uma arquitetura de cooperação de segurança nas Américas. As medidas de defesa cooperativas existentes não estão em harmonia com as atuais necessidades de segurança, fato esse que ecoou ao longo de todo o hemisfério como resultado dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, quando palavras tomaram o lugar de ação. Além disso, a cooperação de segurança no século XXI requer um maior senso de parceria, que proporcione benefícios significantes a todos os Estados participantes. Assim, os Estados Unidos devem estar dispostos a serem menos diretivos e a escutarem mais acerca das preocupações dos outros Estados da região. Em troca, os vizinhos hemisféricos devem estar preparados para compartilhar as responsabilidades de segurança que surgirem desta cooperação.

Ao empreender tamanho desafio estratégico, ou seja, criar uma arquitetura de segurança para as Américas, algumas tendências significativas devem ser reconhecidas como a base para este novo "bloco de segurança". Estas tendências dizem respeito aos temas econômicos, políticos, governamentais e de segurança, liderança e terrorismo que afetam as perspectivas para a cooperação no hemisfério.

A primeira tendência é que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) seja aprovada em 2005[3], e que o acordo inclua todos os Estados do Hemisfério Ocidental, à exceção de Cuba (e possivelmente da Venezuela). Com relação à esta suposição, internamente, a Autorização para Promoção do Comércio (*Trade Promotion Authority - TPA*) foi aprovada pelo Congresso e, internacionalmente, os países do Mercosul (particularmente o Brasil), mantém uma visão positiva para a criação da ALCA. O capitalismo, apesar das críticas de alguns líderes regionais, ainda é o único sistema econômico viável. Muita da retórica anticapitalista é dirigida à iniqüidade na distribuição de benefícios e não ao fato de que o capitalismo não produza ganhos ou desenvolvimento.

A segunda tendência é que as Américas permaneçam como uma "Zona de Paz". A paz liberal (ou democrática) prevalece. Ou seja, os Estados continuarão a abominar

a "guerra total" como meio de solucionar problemas. O conflito Peru-Equador, em 1995, não pode ser considerado uma guerra. Embates aconteceram, mas estavam limitados em extensão (lutas relacionadas à uma antiga disputa por uma pequena zona de fronteira), agressividade (poucas vítimas), tamanho (forças e logística limitadas) e tempo (lutas que duraram menos de um mês, seguidas de operações de paz que foram desdobradas rapidamente a pedido do Equador e Peru). Assim, a última grande guerra nas Américas foi a Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai, que teve início há 70 anos.

A terceira tendência é que o dilema de segurança, do Canadá ao Chile, seja largamente interno, doméstico, e intensificado por atores transnacionais não estatais.

Outro desafio para os estrategistas é determinar como reformar a arquitetura de segurança de forma que ela venha a refletir uma aproximação regional cooperativa que trate das atuais necessidades dos Estados do Hemisfério Ocidental. A segunda medida para a cooperação de segurança nas Américas foi o processo ministerial de defesa iniciado em 1995 pelo Secretário de Defesa William Perry ao convidar os chefes de defesa do hemisfério para uma reunião em Williamsburg, Virgínia, que é agora realizada a cada dois anos.

Presidentes, poderes legislativos, poderes judiciários e as forças militares estão mais preocupados com colapsos internos resultantes de patologias domésticas do que com um exército estrangeiro que atravesse suas fronteiras para conquistar suas pátrias. Alimentando estes medos estão os problemas monumentais de narcotráfico, contrabando de armas, crimes violentos, insurreição, corrupção (lavagem de dinheiro para suborno) e terrorismo, bem como negócios obscuros e procedimentos políticos que atravessam fronteiras, regiões e continentes. Essencialmente, estes são os empreendimentos criminais estratégicos que os Estados consideram por si próprios difíceis de conter.

A quarta tendência é que a democracia irá durar e se fortalecerá ao longo do Hemisfério Ocidental. Mesmo assim, apostasias acontecerão e complicarão a análise política da região. Muitos países darão vários passos adiante em sua maturidade como Estados democráticos, e então, darão um passo atrás. Em alguns casos, apostasias podem exceder o movimento progressivo, contudo, isso não deverá distorcer o quadro global de dedicação da região à democracia. A democracia já foi fortalecida no México, no Brasil e no Chile, só para citar alguns países. Outros como a Venezuela, estão no caminho inverso, embora o movimento em favor da democracia e contra o Presidente Hugo Chavez, verdadeiramente um "ditador eleito", cresça a cada dia. O desafio é ir além de eleições democráticas e alcançar governabilidade democrática e legítima.

A quinta tendência é que as iniciativas de segurança para o hemisfério requeiram a liderança dos Estados Unidos, ou elas não frutificarão. Gostem ou não, os Estados Unidos são a força hegemônica nas Américas por conta de seu poder econômico, político, militar e cultural. Como este poder é usado, com rigidez ou flexibilidade, é o que determina o nível de cooperação que pode ser alcançado. Está claro que líderes requerem seguidores. Então, devem ser dados aos outros Estados incentivos para aderirem e executarem certos papéis. A menos que preocupações em relação a assuntos como soberania, distribuição dos ganhos e cumprimento de compromissos sejam tratados efetivamente dentro do hemisfério, a cooperação de segurança não será alcançada. Para complicar ainda mais, há o fato de que os Estados Unidos só podem demonstrar liderança efetiva nas Américas se confiarem em líderes subregionais para assistir materialmente com a criação e a operação de uma nova arquitetura de segurança. Os países do continente americano têm destinos interdependentes que requerem cooperação na proteção de valores e interesses.

A tendência final é de que os ataques terroristas de 11 de setembro incentivem os Estados Unidos a cuidarem de sua vulnerabilidade, não só melhorando as medidas de segurança doméstica, mas também enfatizando, de imediato, a cooperação de segurança dentro na América do Norte, e, a longo prazo, nas Américas. Este é um passo claramente positivo quando se trata do enorme vácuo existente em termos de segurança no hemisfério. Assim, esta oportunidade deve ser acionada rapidamente para que não se enfraqueça perante o público e o governo.

Cooperação de segurança: O Desafio Estratégico

Hegemonia não é uma palavra depreciativa, mas seu uso, hoje em dia, freqüentemente induz respostas negativas e viscerais porque é interpretada como imperialismo, quando na verdade tem a conotação de liderança. Assim, o fundamental é se a liderança está sendo usada para bons ou maus propósitos. A escola realista de relações internacionais está correta ao admitir a anarquia ao sistema internacional.[4] Não há nenhuma autoridade acima dos Estados. Porém, aquela visão não significa que os Estados não seguirão a liderança de outros Estados. O poder importa, porém o mais importante é como esse poder é usado, o que explica por que um Estado líder como os Estados Unidos usaria instituições para restringir seus poderes – isto reduz "medos de dominação e abandono

dos Estados secundários".[5] Essencialmente, G. John Ikenberry está defendendo um sistema que reflete uma estabilidade de hegemonia liberal. Se tal conceito funcionou bem na Europa após a Segunda Guerra Mundial, então seguramente pode funcionar nas Américas após a Guerra Fria. Isto é precisamente o que é necessário para as Américas no século XXI.

Os realistas superenfatizam o poder e os liberais o subestimam — ambos os conceitos estão errados em suas visões. A liderança, baseada no poder flexível, gera a cooperação construtiva, ao contrário do poder exercido de forma rígida, ou seja, a arrogância do poderoso, que reforça a imagem negativa dos Estados Unidos entre os seus parceiros do hemisfério.[6] O guru do poder flexível, Joseph Nye, entende que a chave para o sucesso reside em fazer com que outros países façam não necessariamente aquilo a que eles se opõem, mas sim, descubram coisas nas quais eles podem cooperar – esta é a essência do poder flexível.[7] De maneira geral, Washington aplica este conceito no campo da democracia e do comércio, mas faz pouco uso no âmbito da cooperação de segurança.

As implicações de uma estabilidade de hegemonia liberal para a cooperação de segurança são várias e requerem mudanças de atitude importantes para os líderes políticos norte-americanos. Da perspectiva política interna dos EUA - executivo e legislativo – os humanitaristas[8] devem ser convencidos a renunciar às suas relutâncias para liderar. Reciprocamente, os nacionalistas radicais[9] devem ser exortados a conter sua liderança irresponsável. Dentro das Américas, o papel de Washington é trabalhar próximo aos outros Estados para promover os dois pilares principais do liberalismo: democracia e capitalismo. Isto exige uma estratégia completamente diferente, um diálogo expansivo e uma vontade para cooperar de uma maneira verdadeiramente multinacional.

Uma estratégia completamente nova e que tenha uma visão a longo prazo é requerida (visões a curto prazo trabalham freqüentemente contra a cooperação porque enfatizam o protecionismo doméstico, a despeito de maiores ganhos do trabalho conjunto em aberto), que reconheça as virtudes e valores de nossos parceiros regionais, e que possa refletir as interconectividades dos assuntos políticos, militares e econômicos. Os componentes desta estratégia — democracia, livre comércio e cooperação de segurança — estão unidos pela sobreposição das preocupações acerca de direitos humanos, pobreza, justiça, desenvolvimento, crime e insurreição. Nossos vizinhos reconhecem esta conexão. Quando lhe perguntaram sobre qual era a maior ameaça à segurança nacional, o ex-conselheiro de segurança nacional, agora representante do México para as Nações Unidas (ONU), Adolfo Aguilar Zinser, respondeu: "pobreza".[10] Se os programas econômicos não trazem o desenvolvimento difundido, as pessoas pobres podem estar dispostas a arriscar suas vidas para causar uma mudança revolucionária ou se ocupar de uma atividade criminal, criando assim um dilema de segurança para o Estado. Este vínculo é reconhecido agora pela administração Bush. O assistente do Presidente Bush para economias internacionais informa ao conselheiro econômico e ao conselheiro de segurança nacional.[11] Assim, considerações econômicas e de segurança são discutidas simultânea e simbioticamente.

Outro desafio para os estrategistas é determinar como reformar a arquitetura de segurança de forma que ela venha a refletir uma aproximação regional cooperativa que trate das atuais necessidades dos Estados do Hemisfério Ocidental. A segunda medida para a cooperação de segurança nas Américas foi o processo ministerial de defesa iniciado em 1995 pelo Secretário de Defesa William Perry ao convidar os chefes de defesa do hemisfério para uma reunião em Williamsburg, Virgínia, que é agora realizada a cada dois anos.[12] Esta foi a segunda medida, pois a cooperação original de segurança do hemisfério foi iniciada mais de meio século atrás com a criação do Sistema de Defesa Interamericano, em resposta à Segunda Guerra Mundial.[13] Depois da guerra, o sistema se transformou em uma organização da Guerra Fria para combater o comunismo. Este sistema é amplamente visto como em estado de declínio, desde que os Estados membros o consideram obsoleto e até mesmo anacrônico. O sistema não manteve o ritmo das necessidades de segurança deste hemisfério, particularmente a relação entre segurança e vitalidade econômica. Esta tarefa de mudança é particularmente difícil desde que muito pouco tem sido escrito a respeito do assunto, à exceção da Europa, onde a segurança de cooperação evoluiu continuamente junto com a integração econômica.[14]

Aqueles que tratam da ALCA preferem não discutir a conexão entre comércio e segurança, isto porque muitos rejeitam, ou até mesmo evitam, o argumento de que assuntos de segurança têm impacto fundamental no comércio. Robert Zoellick, representante de comércio da administração do Presidente Bush, no entanto, é uma das autoridades que não concorda com esta "sabedoria convencional".

Integração econômica, na visão de Zoellick, é indissoluvelmente ligada à democracia e liberdade, bem como à prosperidade. Muito antes de 11 de setembro, ele estava ligando o comércio e a política de segurança. A América, ele disse, deveria promover o livre comércio no mundo por quaisquer meios disponíveis. Depois daquele dia de horror, ele falou de política de comércio como parte da guerra contra o terrorismo.[15]

Do mesmo lado está o cientista político Georges Fauriol que teve a visão estratégica para ver a natureza interdisciplinar requerida na criação de uma comunidade econômica hemisférica.[16] Ele reconheceu que o foco era

Departamento de Defesa

muito estreito. Fauriol nota que o *Summit of the Américas* trata mais do que de economia, mas "não é ainda coerente ou estratégico".[17] Além disso, ele discute que "o que está em jogo para o povo das Américas vai muito além de um acordo econômico".[18]

Alguns leitores podem ser cépticos quanto aos tipos de articulações interamericanas aqui discutidos. Os críticos poderiam questionar a lógica de integrar as considerações emergentes de defesa da América do Sul a um já complexo processo da ALCA. O estudo discute que o alcance não pode ser limitado a um simples jogo de negociações de comércio. A institucionalização da democracia na América do Sul, na última década, não só representa o empurrão dos interesses da política externa norte-americana, mas também a base para as transformações que varrem a região. Com o fim da Guerra Fria, estruturas de segurança internacionais são acompanhadas, agora, por uma chamada inequívoca para os ideais de governança democrática. Um novo espírito de parceria emergiu de um passado de política e segurança suspeitas, de colisões de políticas externas acrimoniosas e relações econômicas ocasionalmente ansiosas. O Hemisfério Ocidental que inicia o século XXI está verdadeiramente mudado — um testemunho aos resultados positivos de reconstruir relações à base de cooperação e confiança.[19]

Os Estados Unidos estão trabalhando para construir um Comando Norte que irá — sem surpresa – incluir nossos parceiros do NAFTA. O que começou como um empurrão para um Comando de Defesa da Pátria, evoluiu para uma estrutura de comando que abraça a América do Norte; esta mudança parece ter vindo do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld e seus assistentes do alto comando, os quais aparentemente foram mais influenciados por visões externas do que por visões internas do Pentágono.

Enfatizando o valor da cooperação de segurança, também está a economista Patrice Franko, que discutiu a necessidade de uma nova estrutura de segurança regional para complementar a ALCA.[20] Ela faz uma suposição infeliz de que a nova arquitetura de segurança é necessária após a criação da ALCA. Será muito tarde. Mas dadas determinadas realidades políticas em nível doméstico e internacional, a nova comunidade de segurança pode ter que esperar pelo começo de uma comunidade econômica. Além disso, embora Franko enfatize a necessidade por tal aproximação cooperativa para a defesa, e a documente bem, o leitor é deixado sem qualquer recomendação de como esta aproximação irá se manifestar.

A Arquitetura de Segurança do Hemisfério também

foi esboçada pelo cientista político Donald Schulz em diálogo acerca do assunto com o autor.[21] A base para as idéias de Schulz é um compromisso aos valores, reconhecimento de que a cooperação pode ser alcançada se estruturada, apropriadamente, para respeitar a soberania e o alcance de metas comuns e uma análise que avalia oportunidades como desafios a vencer, se encarados estratégica e consistentemente. A idéia de uma comunidade do Hemisfério Ocidental não é nova; na realidade já está em pauta a quase dois séculos.[22]

É importante notar que após os ataques terroristas aos Estados Unidos, membros fundamentais da Organização dos Estados Americanos (OEA) quiseram contribuir materialmente para nossa campanha contra o terrorismo, mas invocando o Tratado do Rio, uma relíquia de nossas medidas coletivas da Guerra Fria, proporcionaram pouco apoio militar, pois não há no tratado, nenhuma abertura para uma cooperação militar efetiva.[23] Se há uma lacuna na estrutura de segurança da OEA[24], de igual forma é o conceito estratégico atual dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental. Não há um único comando militar que englobe as Américas. Atualmente, os EUA têm acordos militares bilaterais com o México e Canadá.[25] Toda a atividade militar com os governos dos demais países, da Guatemala ao Chile, está sob a coordenação do Comando Sul dos EUA (*SOUTHCOM*).

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*NAFTA*) está em vigor desde 1995, contudo, até 2002 não havia nenhuma estrutura de segurança paralela. O Comando de Defesa Aeroespacial Norte Americano (*NORAD*) provê medida de cooperação de segurança com o Canadá, mas há pouco, ou quase nada, efetivado com o México. Esta falha de segurança está em processo de ser resolvida, mas o nível de cooperação canadense e mexicano é incerto.

Depois que América[26] foi atacada, os Estados Unidos reconheceram finalmente que a defesa da pátria é importante e exige uma resposta estratégica. Inicialmente, muito do foco era orientado domesticamente, mas alguns defenderam uma abordagem mais ampla em relação à segurança.

Em primeiro lugar. . . nós não moramos em uma ilha remota e sabemos que ameaças podem nos alcançar. Fazemos parte da América do Norte, compartilhamos extensas fronteiras com o Canadá e com o México. Não pode haver nenhuma segurança da pátria a menos que melhoremos significativamente a cooperação de segurança com nossos vizinhos. Os acordos atuais são, na melhor das hipóteses, incompletos.

Segundo, um acerto econômico existente requer apoio político-militar. O Canadá, o México e os Estados Unidos são parceiros no Acordo de Livre Comércio Norte-Americano. Esta comunidade econômica tem o potencial para servir como um portal à cooperação de segurança ampliada, contanto que nos lembremos de dois imperativos – moderação estratégica e confiança. Temos que respeitar a soberania de nossos vizinhos tratando-os como parceiros. Também é necessário uma melhor comunicação sobre como trabalharmos juntos para promover o benefício mútuo.

Terceiro, nosso verdadeiro destino estratégico é ser parte das Américas, uma comunidade de Estados, do Canadá ao Chile, que abraça a democracia e o capitalismo. O Presidente Bush está comprometido em fazer desta visão uma realidade na medida em que a Área de Livre Comércio das Américas progride. Tal acordo requer acertos de segurança melhores do que aqueles que temos dentro de nossa estrutura de comando ou dentro da estrutura existente na Organização dos Estados Americanos.[27]

Desde 11 de setembro, o Canadá e o México têm expressado grande interesse e preocupação sobre uma nova arquitetura de segurança para a América do Norte. Não deveria surpreender ninguém que os canadenses estejam mais favoravelmente orientados para uma cooperação de segurança ampliada. O NORAD provê uma estrutura de funcionamento para cooperação de segurança. Historicamente, os Estados Unidos e o Canadá trabalharam em conjunto durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais; esta cooperação produziu uma parceria forte na área de defesa. Ottawa e Washington também são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Atualmente, os Estados Unidos estão trabalhando para construir um Comando Norte que irá - sem surpresa – incluir nossos parceiros do NAFTA. O que começou como um empurrão para um Comando de Defesa da Pátria, evoluiu para uma estrutura de comando que abraça a América do Norte; esta mudança parece ter vindo do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld e seus assistentes do alto comando, os quais aparentemente foram mais influenciados por visões externas do que por visões internas do Pentágono. Rumsfeld é um crítico ao Plano de Comando Unificado (*UCP*) existente, o qual considera o mundo de acordo com as regiões. Como Thomas Ricks notou, baseado em conversas com Rumsfeld, "preocupações transnacionais, como terrorismo e proliferação de armas, não receberam atenção adequada de comandantes seniores que não têm capacidade para coordenar com a polícia ou para rastrear uma ameaça de um continente para outro".[28] Ricks também levou ao conhecimento público que o Pentágono estava considerando a forma-

ção de um Comando das Américas. Este comando estaria incumbido da defesa do Hemisfério Ocidental, sendo a defesa da pátria parte de sua missão.[29]

Um Comando das Américas não é uma idéia nova. Em 1997, O Painel de Defesa Nacional (*NDP*) recomendou a criação de tal organização de segurança. O *NDP* previa um comando que incluísse os Estados Unidos, Canadá, México, América Central, a Bacia Caribenha e toda a América do Sul. O *NDP* reteve o *SOUTHCOM* como um comando subordinado (ou sub-unificado) e criou um Comando de Defesa da Pátria como outro comando subordinado.[30] Enquanto o conceito do *NDP* de um Comando das Américas é plausível, estratégico e necessário, o raciocínio do painel para um Comando de Defesa da Pátria (*HDC*) tem falhas. O painel discutiu que o *HDC* seria "criado para missões como as operações de segurança de fronteira, defendendo a América do Norte de ataques de guerra de informação, ataques aéreos e de mísseis, e aumentando o gerenciamento da conseqüência de desastres naturais e de ataques terroristas".[31] Tais responsabilidades são importantes, mas não suficientes, em extensão, para justificar um comando único, especialmente, porque as forças militares têm um papel de apoio – as agências civis de policiamento têm o papel principal. Em segundo lugar, um comando com tal denominação seria apropriado caso envolvesse somente os Estados Unidos. Desde que o Canadá e o México serão incluídos, o nome do comando é uma afronta aos nossos parceiros do *NAFTA*.[32] Assim, um Comando do Norte faz muito mais sentido.[33]

O Canadá e o México como Parceiros de Segurança dos Estados Unidos

Desde 11 de setembro, o Canadá e o México têm expressado grande interesse e preocupação sobre uma nova arquitetura de segurança para a América do Norte. Não deveria surpreender ninguém que os canadenses estejam mais favoravelmente orientados para uma cooperação de segurança ampliada. O *NORAD* provê uma estrutura de funcionamento para cooperação de segurança. Historicamente, os Estados Unidos e o Canadá trabalharam em conjunto durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais; esta cooperação produziu uma parceria forte na área de defesa. Ottawa e Washington também são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A maioria dos canadenses vê a iniciativa norte-americana em criar um Comando do Norte sob o dilema ao qual o jornalista Jim Travers se refere como a escolha para "compartilhar defesa ou ser colocado de lado".[34] Utilizando-se de uma analogia da literatura clássica, Travers descreve o desafio de segurança do Canadá:

Despertado em choque pelo 11 de setembro, Washington ,(Gulliver), não está próximo de ser constrangido pelas preocupações banais dos Liliputianos. O Canadá é o mais exposto dos Liliputianos. Precariamente empoleirado ao longo da grande fronteira indefesa e, historicamente comprometido a proteger a porta dos fundos da América, esse país enfrenta um imperativo inequívoco: pode compartilhar a responsabilidade pela defesa continental ou pode ser colocado de lado à medida em que Gulliver se agita.[35]

Imbutido nestas escolhas estão as preocupações sobre a suficiência dos militares de Ottawa, a intranqüilidade de viver próximo a uma superpotência e a preocupação de que o Canadá possa ser abandonado se não agir para executar sua parte na missão de segurança continental. Mas enredos piores são vistos por outros canadenses.

O Dr. Douglas Bland acredita que os recentes ataques terroristas tenham mudado a importante relação entre os dois países. Fator para esta mudança é o enorme impacto resultante caso o Canadá não faça a sua parte impedindo o terrorismo de penetrar nos Estados Unidos a partir do norte.

Assim, a mais importante coalizão para o Canadá pode ser direcionada para uma transformação radical, de uma baseada, desde os anos 50, em uma ameaça de ataque aéreo por sobre o pólo e, a partir de 1989, para a ausência de ameaça, seguida, atualmente, por uma preocupação com a segurança da pátria. Nesta circunstância, os Estados Unidos se voltarão indubitavelmente para o Canadá a fim de compartilhar o fardo da segurança da pátria de modos inimagináveis até agora, o que irá impor consideráveis custos, tangíveis e intangíveis, aos canadenses. Se o Canadá hesitar ou buscar evitar estas novas obrigações, parece provável que os Estados Unidos bloquearão sua fronteira ao norte e empreenderão operações de inteligência secretas no Canadá sempre que o presidente julgar necessário. O Canadá não enfrenta maior desafio exterior e de política de defesa que o de encontrar um modo apropriado e crível para assegurar aos Estados Unidos que o Canadá pode cumprir o acordo de 1938 entre Roosevelt e o Rei Mackenzie, garantindo que nenhum ataque aos Estados Unidos passe por território canadense.[36]

Enquanto as preocupações de Bland não devem ser desconsideradas, as boas notícias são que Ottawa está se aproximando mais de Washington com relação à segurança, embora ainda levante preocupações sobre soberania e consultas. O Canadá deu passos significativos para melhorar a segurança nas fronteiras em reconhecimento à necessidade "de salvaguardar o território canadense e americano", observa Michael Kergin, Embaixador do Canadá para os Estados Unidos.[37] Talvez reconhecendo que os custos seriam insuportáveis caso não melhorasse sua postura de segurança, Ottawa está fortalecendo relações bilaterais com Washington. O Embaixador Kergin

Departamento de Defesa

coloca isto francamente, "como muitos países no mundo de hoje, os Estados Unidos são a preocupação primária da política externa do Canadá. . . sem os Estados Unidos, o Canadá está bastante isolado".[38] Ele argumenta que os interesses canadenses e os interesses norte-americanos têm muito mais em comum - citando comércio, leis, e democracia - que qualquer diferença existente, assim "é sábio nos unirmos como parceiros na guerra contra o terrorismo".[39]

Essencialmente, John Manley, Vice Primeiro-Ministro do Canadá - atual Ministro das Finanças – aborda o assunto da mesma forma. Um jogo complexo de assuntos inter-relacionados – reforma fronteiriça, transporte, policiamento, assuntos financeiros e de imigração e cooperação de segurança – desafiam os canadenses a fazer o que Manley chama de "escolhas claras e conscientes como nação. . . quais são nossos valores, o que buscaremos, o que devemos defender — e, no final das contas, o que estamos dispostos a fazer para alcançá-los".[40] Reconhecendo que a soberania é uma preocupação importante do Canadá, ele argumenta que "é fundamental fazer escolhas e agir responsavelmente em favor do interesse nacional, de forma a podermos preservar esta área de escolha para nós mesmos... a soberania deve ser dinâmica — ou então nosso país não pode existir".[41] Assim, se o Canadá quer preservar sua situação favorável – parceiro comercial número um dos Estados Unidos – deverá ter que ir além da retórica estridente sobre "imperialismo americano", algo que está presente em círculos acadêmicos e na mídia.[42] Manley reconhece que o Canadá pode preservar melhor a sua soberania ao construtivamente engajar-se com os Estados Unidos no trato das responsabilidades bilaterais e dos benefícios mútuos – "nada é de graça". Ele aborda a questão da relação interdependente:

O Canadá e os EUA estão completamente cientes de que a maioria do nosso volumoso comércio bilateral deriva de companhias que operam próximas e através da fronteira. Isto permanece como um direcionamento fundamental para a criação de empregos e prosperidade no Canadá e nos EUA. e repousa no centro de nossa segurança econômica. Mas nós sabemos que sem um fundamento de confiança — significando medidas de segurança consistentes, compreensivas e efetivas — o direc-

A mais importante coalizão para o Canadá pode ser direcionada para uma transformação radical, de uma baseada, desde os anos 50, em uma ameaça de ataque aéreo por sobre o pólo e, a partir de 1989, para a ausência de ameaça, seguida, atualmente, por uma preocupação com a segurança da pátria. Nesta circunstância, os Estados Unidos se voltarão indubitavelmente para o Canadá a fim de compartilhar o fardo da segurança da pátria de modos inimagináveis até agora, o que irá impor consideráveis custos, tangíveis e intangíveis, aos canadenses.

Departamento de Defesa

Um médico canadense está sentado em uma área rochosa perto de mortos e feridos após um ataque aéreo perto de Shinkay no Afeganistão.

ionamento hesitará.... Muito dos 135 anos de história da nossa nação tem sido sobre como nós estabelecemos e exercemos nossa soberania em um espaço norte-americano compartilhado — quase sempre acompanhado por um medo ritual e ansiedade sobre como uma América do Norte maior poderia significar um Canadá menor (isto sempre me pareceu um absurdo, já que nós ocupamos uma maior parte do território norte-americano).[43]

> *Se o Canadá está deliberadamente atuando para melhorar sua cooperação de segurança com os Estados Unidos, o mesmo não pode ser dito do México. Ações militares não se comparam à retórica política — embora a eleição de Presidente Vicente Fox em 2000 tenha pressagiado muitos ganhos democráticos para o México, juntamente com o declínio do Partido Revolucionário Institucional — PRI. De todas as principais forças armadas no hemisfério — incluindo os Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Argentina, e o Chile — a do México é a que precisa de maior reforma e melhoria.*

Até recentemente, o Canadá era conhecido por sua participação pacífica e quase insignificante na área militar, pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Isso mudou significativamente em 2002. Agora as forças militares canadenses estão engajadas em operações de combate conjuntas com os Estados Unidos no Afeganistão contra a al-Qaida e estão se saindo muito bem. Até mesmo antes das tropas canadenses entrarem em combate elas eram bem consideradas pelos comandantes americanos. Referindo-se aos soldados do Batalhão de Infantaria Leve canadense "Princesa Patrícia", o Coronel Frank Wiercinski falou aos repórteres que pelo fato de os soldados estarem bem treinados e equipados, eles estariam completamente integrados à sua força-tarefa. Wiercinski declarou, "Nós queremos trazer capacidades que ambos possamos reunir e, fazendo isso, nos tornaremos mais fortes, usando o melhor de cada parte. E eu penso que fizemos isso. Eles trazem capacidades, não problemas, para esta batalha.... Eu sei que (o Patrícia) é um grande batalhão".[44]

A habilidade das forças militares canadenses foi verificada no dia 14 de março de 2002, quando eles se engajaram em uma batalha feroz próximo a Shah-e-Kot, como parte da Operação ANACONDA. A ofensiva canadense-americana demonstrou a resolução e as habilidades de ambos os países. Também era um evento histórico, desde que há quase 50 anos – data da Guerra da Coréia - uma força militar canadense não participava de uma ofensiva terrestre.[45] O desempenho canadense impressionou os comandantes militares norte-americanos, pois o batalhão

"Princesa Patrícia" foi a unidade responsável pela Operação *HARPOON*, uma missão para expulsar inimigos que permaneciam escondidos em cavernas montanhosas.[46]

Se o Canadá está deliberadamente atuando para melhorar sua cooperação de segurança com os Estados Unidos, o mesmo não pode ser dito do México. Ações militares não se comparam à retórica política -- embora a eleição de Presidente Vicente Fox em 2000 tenha pressagiado muitos ganhos democráticos para o México, juntamente com o declínio do Partido Revolucionário Institucional — PRI. De todas as principais forças armadas no hemisfério – incluindo os Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Argentina, e o Chile – a do México é a que precisa de maior reforma e melhoria. Embora grande em tamanho, uma força de 240,000 membros, não é bem treinada, nem bem equipada e não é bem vista por outras forças dentro das Américas. Ainda opera como uma burocracia feudal, um vestígio do corporatismo encontrado sob o antigo regime político, dominado por um único partido.

O exército mexicano está quase que voltado exclusivamente para a segurança interna e é um neófito virtual no sistema internacional. Constitucionalmente, está proibido de ser empregado na maioria das operações fora das fronteiras do México. Esta política institucionalizada de não intervenção foi uma resposta racional para um Estado não alinhado, que não quis envolver-se no duelo da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Isto já não faz sentido neste novo século. Mas as Forças Armadas do México resistem extremamente à uma mudança, exceto em um episódio ocasional de ajuda humanitária na América Central. Mesmo assim, a bolha de vidro hermeticamente fechada, na qual as forças armadas prosperaram, está rachando, expondo-as a um maior escrutínio, responsabilidade e a potenciais novas missões.

Mesmo antes de Fox ser eleito como o primeiro presidente não pertencente ao PRI, em tempos modernos, o brilho das forças armadas foi manchado na segunda metade da década de 90 por dois problemas principais. O primeiro foi a crítica pública que surgiu – o Presidente Raul Salinas de Gortari fez pouco para proteger as forças armadas – acerca das manipulações brutais de contra-insurgência nas operações em Chiapas, Guerrero, Oaxaca, e outras áreas no sul. O segundo foi a exposição e a demissão de oficiais de posto elevado envolvidos em casos de corrupção de drogas, quando as forças armadas passaram a assumir um papel principal no combate ao tráfico de drogas.[47] No momento em que o Partido de Ação Nacional —PAN, ganhou a eleição nacional e trouxe Fox ao poder, as forças armadas estavam começando a fazer pequenas mudanças para amenizar as críticas, num mecanismo mais de reação, do que uma visão para reforma futura. Ginger Thompson explica perceptivelmente esta transição difícil:

Desde os anos 40, quando os generais militares deixaram o controle do governo mexicano e prometeram ficar de fora da política, setores civis do, há muito tempo, governante Partido Revolucionário Institucional, concordaram em ficar de fora dos assuntos militares, inclusive do escrutínio do orçamento multi-bilionário das forças armadas e de investigações sobre conduta militar. Esses acordos estão sendo desafiados gradualmente por uma sociedade civil ativista e pelo primeiro presidente mexicano eleito democraticamente .... Pela primeira vez, o Secretário de Defesa do México, Gen. Clemente Vega Garcia, quebrou a tradição militar de silêncio oficial e compareceu perante o Congresso para discutir operações militares durante o último ano.[48]

Com relação à cooperação de segurança, as forças armadas mexicanas estão sendo desafiadas a considerar missões novas fora do território nacional por uma força poderosa, o plano internacionalista da administração Fox. A transição para a democracia eleitoral e o sucesso do *NAFTA* provê o combustível para a máquina de mudança do novo presidente. O México não é mais um grande peixe subregional em uma lagoa pequena. Passou a ser um poder regional ou hemisférico com aspirações globais. Como Mary Jordan e Kevin Sullivan demonstram, "Fox trouxe nova confiança a uma nação que historicamente foi defensiva e introspectiva. Armado com garantias, Fox jurou forjar uma relação mais igualitária com os Estados Unidos ".[49] Em muitas áreas, ele obteve sucesso, colocando o México em melhor posição em relação aos Estados Unidos, mas a cooperação de segurança, ainda não é uma dessas áreas.

O México disse estar aberto à possibilidade de unir-se às Nações Unidas em operações de paz ao redor do mundo, sinalizando uma troca de política externa na segunda mais populosa nação da América Latina. 'Sim, haverá participação mais ativa', disse o Ministro do Exterior, Jorge Castaneda. 'Se nos pedissem a participação e se tivéssemos a capacidade para fazê-lo e se sentíssemos que seríamos úteis e estivéssemos de acordo com a causa, então consideraríamos a possibilidade'. Castaneda disse que um papel internacional mais ativo do México poderia vir 'pelas forças armadas, ou por outros tipos (de participação) com componentes civis, engenheiros, doutores médicos, enfermeiras, etc'.

Proporcionar ao Presidente Fox uma visão interna-

cional estratégica é dever de Jorge Castaneda, Ministro do Exterior, um homem difícil de se descrever como pensador político, principalmente porque saiu do perfil de nacionalista reativo para o perfil de internacionalista enérgico. Castaneda pasma os políticos e jornalistas constantemente com suas declarações inopinadas. No começo de 2001, ele surpreendeu ouvintes durante uma entrevista de rádio quando pressagiou uma nova política externa para o México.

O México disse estar aberto à possibilidade de unir-se às Nações Unidas em operações de paz ao redor do mundo, sinalizando uma troca de política externa na segunda mais populosa nação da América Latina. 'Sim, haverá participação mais ativa', disse o Ministro do Exterior, Jorge Castaneda. 'Se nos pedissem a participação e se tivéssemos a capacidade para fazê-lo e se sentíssemos que seríamos úteis e estivéssemos de acordo com a causa, então consideraríamos a possibilidade'. Castaneda disse que um papel internacional mais ativo do México poderia vir 'pelas forças armadas, ou por outros tipos (de participação) com componentes civis, engenheiros, doutores médicos, enfermeiras, etc'.[50]

O Brasil aparece como uma grande força política, econômica e militar na América do Sul, tornando-se um Estado fundamental. Sua liderança é sustentável – não intrusiva, mas certamente um exemplo de forte liderança respeitada, na sub-região, por várias razões. Primeiro, geograficamente domina a América do Sul como o maior país; é mais que duas vezes o tamanho da Argentina, segundo país em extensão territorial. Segundo, o Brasil é a sétima maior economia no mundo, de longe ultrapassando a Argentina (classificada em 17ª), e maior que o México, membro do NAFTA (classificado em 12º). Terceiro, também conduz a América do Sul demograficamente, com mais de 156 milhões de habitantes, sendo assim o segundo país mais povoado nas Américas.

O Presidente Fox reconheceu as observações independentes de Castaneda e as endossou. Este foi um sinal importante para os observadores. O presidente creditou mérito às afirmações do seu ministro do exterior com relação à nova diretriz internacional de segurança. As palavras de Fox estavam cheias de reflexão e projeção:

'Eu acredito que amadurecemos o bastante para entrar no mundo e tomar parte no que está acontecendo, não importa se gostamos ou não, ou se é ou não do nosso interesse', ele disse. Fox urgiu aos diplomatas que pensassem em si mesmos como os arautos de uma 'política externa extremamente dinâmica que defende os interesses nacionais de um modo inteligente'. No passado, notou ele, 'talvez estivemos um pouco isolados, por estarmos envergonhados por não termos alcançado a democracia plena e isto nos levou a retratar-nos em um canto com certas atitudes políticas que defendíamos'. Agora, porém, o México está em condição de assumir seu lugar no mundo como 'ativo defensor dos direitos humanos' e deixar a comunidade internacional informada sobre as mudanças de longo alcance que experimenta em sua orientação social e política. Por isso, Fox disse que sua administração consideraria qualquer convite para que tropas mexicanas tomassem parte em missões de paz internacionais.[51]

Apesar dos pronunciamentos executivos sobre o interesse do México em participar de operações de paz internacionais, estava logo claro que as forças armadas não estavam preparadas, nem interessadas nesta nova missão. Quando perguntaram a um oficial militar de alto posto se as forças armadas mexicanas assumiriam deveres em missões de paz internacionais, a resposta rápida e enfática foi "impossível!".[52] Isto não era de surpreender porque as forças armadas têm vários obstáculos significativos a serem ultrapassados para participar efetivamente na arena internacional. O primeiro desafio é obviamente a atitude. Os líderes militares não vivenciaram as operações de paz, assim eles resistem em adotar esta mudança, uma reação organizacional natural. Segundo, as forças armadas são deficientes em logística e capacidade de emprego. Terceiro, as tropas mexicanas não são treinadas para tais missões.

Não obstante, as Forças armadas mexicanas estão sendo forçadas a mudar pelos outros dois membros da Trindade Clausewitziana - o governo e o povo.[53] O governo pressionou as forças armadas a mudarem, sustentado pelo povo que está expondo os abusos das mesmas com relação aos direitos humanos e corrupção. Este processo de mudança continuará.

Se dependesse somente da administração Fox, a cooperação de segurança avançaria sem muita dificuldade, pois os membros da administração entendem o quão interdependente os Estados norte-americanos se tornaram. O desafio para trazer o México a uma parceria de segurança com o Canadá e os Estados Unidos está na resistência do senado mexicano, particularmente por parte dos partidos de oposição (PRI e PRD). Opondo-se a Fox, eles utilizaram uma provisão constitucional para restringi-lo de viajar aos Estados Unidos e ao Canadá. Além disso, os senadores de oposição criticaram o presidente por levar o México a se unir aos Estados Unidos nos assuntos de comércio e de segurança.[54] Em particular, havia grande preocupação sobre o fato do México assinar um

novo acordo de fronteira com os Estados Unidos, sobre o qual os representantes do PRI disseram que "colocaria em perigo os direitos territoriais".[55] Eles também se queixaram de exercícios conjuntos com os Estados Unidos que aconteceram sem aprovação legislativa. Finalmente, eles se uniram contra o presidente por ter trabalhado com os Estados Unidos para criar um Comando Militar Unificado do Norte, que poderia "sujeitar nossas forças armadas ao comando estrangeiro".[56]

Aí está o problema. A legislatura é dominada por representantes nacionalistas que estão mal informados sobre assuntos internacionais. A oposição, com meias-verdades, costura uma teia misteriosa de intriga internacional. Enquanto os Estados Unidos estão profundamente interessados em ter o Canadá e o México como parceiros de segurança e integrados dentro do emergente Comando Norte, não há nada ameaçando a soberania do Canadá ou do México com esta cooperação. Mas a maioria dos políticos mexicanos vêem má intenção em qualquer coisa que a Cidade do México possa fazer com Washington.

Além disso, visões a longo prazo de segurança estratégica foram confundidas com as iniciativas atuais.[57] Os Estados Unidos não estão interessados em sujeitar unidades militares mexicanas ao comando norte-americano. Mas isto não irá impedir que os políticos de oposição mexicanos inventem histórias bizarras. Parte da razão para isto é que Dolia Estevez, uma proeminente jornalista do *El Financiero*, o principal jornal financeiro no México (ou de fato, da América Latina), desde 1999, periodicamente escreve sobre as novas idéias de cooperação de segurança dentro da América do Norte. Recentemente, ela escreveu sobre como o México poderia ter um papel no Comando Norte proposto por Washington.[58] Obviamente ela tinha razão. Dois dias antes do artigo ser publicado, um artigo da *Associated Press* escrito por Will Weissert confirmou que o México estava interessado em cooperação de segurança:

O Secretário de Defesa do México, Gen. Clemente Vega, estava voando para Washington na quinta-feira (11 de abril de 2002) para discutir cooperação militar que poderia unir forças dos EUA, México e Canadá contra o terrorismo, do modo como o NAFTA uniu as economias da América do Norte. O plano está aparentemente baseado em um relatório de 1999 da Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA que sugeria uma força de paz norte-americana sediada nos Estados Unidos. . . . 'Um dos programas que o general discutirá nos Estados Unidos é um comando continental que usaria o NAFTA como uma base', disse um porta-voz do Departamento de Defesa mexicano.... O jornal El Sol informou na terça-feira que tais conversas fizeram parte da agenda de Vega e que funcionários norte-americanos teriam dito que a discussão da idéia era 'um passo positivo'.[59]

O Senado mexicano, de posse destes artigos, utilizou a cooperação de segurança como uma outra razão para vetar a viagem de Fox aos Estados Unidos. As acusações legislativas provocaram uma resposta de Jorge Castaneda. Ele negou que o Comando Norte tivesse qualquer coisa a ver com o México; que esta era apenas uma iniciativa interna dos Estados Unidos para revisar seu Plano de Comando Unificado.[60] Após isso, o embaixador norte-americano ofereceu outra explicação para refutar as asserções selvagens dos partidos de oposição.[61] A conclusão de tudo isso é que a cooperação de segurança irá crescer, mas muito lentamente, devido ao nível incrível de desconfiança dentro dos partidos de oposição.[62]

A Construção de Cooperação de Segurança com apoio do Brasil e da Conexão Cone Sul.[63]

O Brasil aparece como uma grande força política, econômica e militar na América do Sul, tornando-se um Estado fundamental.[64] Sua liderança é sustentável – não intrusiva, mas certamente um exemplo de forte liderança respeitada, na sub-região, por várias razões. Primeiro, geograficamente domina a América do Sul como o maior país; é mais que duas vezes o tamanho da Argentina, segundo país em extensão territorial. Segundo, o Brasil é a sétima maior economia no mundo, de longe ultrapassando a Argentina (classificada em 17ª), e maior que o México, membro do *NAFTA* (classificado em 12°).[65] Terceiro, também conduz a América do Sul demograficamente, com mais de 156 milhões de habitantes, sendo assim o segundo país mais povoado nas Américas.[66] Quarto, tem influência cultural significativa dentro e fora da América do Sul. Do futebol à música, o Brasil é admirado e imitado.

Quinto, o Brasil possui a maior força ativa militar na América do Sul – a segunda força dentro das Américas, atrás apenas dos Estados Unidos — com 287,600 membros.[67] As forças armadas do Brasil transformaram-se, de uma força estritamente convencional em uma força versátil, que armazenou muita experiência em operações de paz durante a última década, assim obtendo ainda mais o respeito de outras forças armadas na região.[68] Isto dito, a maior parte de sua experiência em operações de paz esteve concentrada nas ex-colônias portuguesas na África. Agindo mais próximo de casa, o Brasil foi instrumental — junto com Argentina, Chile e os Estados Unidos — na bem sucedida operação de paz realizada no Peru e no Equador em 1995.[69] Atualmente, a maior parte das forças armadas brasileiras está desdobrada na região ocidental do país, protegendo a Amazônia e intimidando incursões da guerrilha da Colômbia. Das forças militares geograficamente vizinhas da Colômbia, as que as guerrilhas mais temem são as do Brasil.

Por último, o Brasil é a força motriz dentro do Mercosul — ou Mercado Comum do Sul. O Brasil se vê como

uma hegemonia subregional em busca da hegemonia continental através de um Mercosul ampliado.[70] Porém, a probabilidade de um Mercosul ampliado está cada vez mais obscura com o passar do tempo, à medida em que o progresso da ALCA ameaça engolfá-lo ou ignorá-lo, em grande parte porque o Mercosul não produziu êxito econômico — particularmente do ponto de vista da Argentina. Dado todos esses fatores, é fácil entender porque o Brasil é uma peça fundamental do atual (e futuro) quebra-cabeças do hemisfério.

Se alguém deseja saber a razão de descrever todos esses fatos, é porque a maioria das pessoas nos Estados Unidos pouco sabe a respeito do Brasil e isso é ruim e problemático para a resolução dos desafios, do ponto de vista de comércio e de segurança. Outro resultado desta ignorância a respeito do Brasil é o que poderia ser chamado de "fator Aretha Franklin". Brasileiros anseiam por R-E-S-P-E-I-T-O e de forma justa reclamam quando não o recebem. Desde o fato de não ver atendido o seu anseio para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU à ignorância da liderança pacífica e flexível que o país desempenha na América do Sul, o Brasil está agora mais determinado para alcançar uma melhor posição internacional pelo que tem feito e continuará se esforçando para atingir política, econômica e militarmente. Verdadeiramente, o Brasil é um enigma no sistema internacional de Estados, pois não é uma grande potência nem uma potência pequena. Ao contrário das afirmações do cientista político Joseph Tulchin, não é um dita-regras nem um aceita-regras.[71] As ações do Brasil relativas ao processo da ALCA são a prova disto – o Brasil não controla o processo e nem está à mercê do mesmo.

Se o México é o portal da comunidade hemisférica de nações, então o Brasil é o guardião do portal. Mais que qualquer outro país na América do Sul, o Brasil tem a maior influência acerca da realização da cooperação de segurança. Simultaneamente, este país confunde os críticos por conta de sua natureza de contradições – seu ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, agora um discípulo dedicado do mercado livre, já foi uma vez um crítico feroz do capitalismo.[72] A política de Cardoso também mudou, do socialismo devotado para uma mistura de democracia, capitalismo e socialismo.[73] A preocupação de Cardoso pela pobreza em seu país é compreensível, já que é ao mesmo tempo um dos países mais ricos e mais pobres nas Américas. Basta visitar o Rio de Janeiro para entender este estranho paradoxo econômico.[74]

Finalmente, no campo da segurança, enquanto o Brasil apresenta à comunidade internacional um forte interesse em se afirmar como líder, também se preocupa por sua inabilidade em interromper a crescente marcha de violência que estoura nas favelas — chamemos esta de questão de insegurança interna. Enquanto o México compartilha preocupações semelhantes, suas dificuldades domésticas empalidecem em extensão e tamanho quando comparadas às do Brasil. Não obstante, mudanças revolucionárias não são encontradas no passado recente do Brasil — distintamente do México — e não parecem fazer parte de seu futuro, apesar das preocupações sobre quem sucedeu Cardoso na presidência. Como Maria D'Alva Kinzo afirma, "uma ruptura política nunca foi uma característica do processo de mudança e a democratização atual brasileira não divergiu deste padrão histórico".[75] Ao invés de revolução, os brasileiros estão mais preocupados com o crescimento dos protetorados urbanos sem lei, forçando o país a se transformar mais em um Estado policial que em uma democracia.

O que está agora motivando Brasília para dar consideração mais favorável à cooperação de segurança, mais particularmente com relação ao enigma de segurança colombiano, é a percepção de que o Brasil tem que assumir um papel de oposição aos efeitos que podem transpor fronteiras. Inicialmente, o Brasil duvidou do Plano Colômbia, assim como o fizeram outros países vizinhos. Uma reclamação era a de que os Estados Unidos não consultaram o Brasil, preferindo concentrar suas ações em uma transação bilateral maior com a Colômbia e em outras menores com a Bolívia e o Peru. Esta foi uma objeção válida, pois está claro que são necessárias medidas regionais para enfrentar os problemas que estão dentro e que se originam na Colômbia.[76] Por outro lado, parte do problema era a resistência inicial do Brasil em cooperar com uma aproximação que visava suprimir o contágio que atravessa fronteiras. O Brasil via isto como um problema dos outros. Durante o último ano, o Brasil mudou de idéia. Os brasileiros reconhecem agora dois desafios estratégicos importantes que devem ser gerenciados, um interno e outro internacional.

Enquanto as forças armadas brasileiras não temem as guerrilhas colombianas como uma ameaça à soberania territorial do país, os militares estão cada vez mais preocupados com os efeitos negativos do tráfico de drogas, contrabando de armas, e logística — tal como o comércio de substâncias químicas precursoras para a produção de cocaína — em contrapartida à estabilidade do Brasil. Reservadamente, há o reconhecimento de que o comércio de drogas abasteceu enormemente a atividade criminal, tanto que muitas favelas são agora classificadas como "fora dos limites" às autoridades governamentais — a menos que sejam executadas operações militares ou quase militares — devido às bem armadas e violentas gangues que lá encontram proteção. As autoridades civis e militares admitem que algo deve ser feito para freiar esta maré e a busca de parcerias com outros Estados é um empenho necessário dentro da América do Sul.[77]

Se Brasília não adotar uma posição significativa para ajudar a segurança regional, haverá conseqüências negativas enormes. Internacionalmente, o Brasil é compelido

Departamento de Defesa

a agir ou irá perder qualquer impulso de liderança que possa ter construído; será visto então como um Estado de poder flexível que é destituído de força.

Isto não significa dizer que o Brasil — ou a comunidade internacional — deveria intervir diretamente na Colômbia.[78] Na realidade, o Brasil tem muitas opções a considerar que podem facilitar o intercâmbio de informações para rastrear e interceptar os desafios além fronteiras à autoridade e à estabilidade do Estado. Esta é uma missão mais difícil para Brasília, particularmente, já que existem críticas internas e externas a serem superadas.[79] Entretanto, há uma instabilidade crescente ao longo e além do cume andino; este é um sinal claro para a liderança brasileira sobre a cooperação de segurança. Sem isto, haverá maior instabilidade ao longo da região, não importando o que os Estados Unidos possam fazer.

Argentina

A terra da prata é outro paradoxo. Como contraiu economicamente, suas forças armadas se tornaram mais profissionais, apesar de menores. Prova disto foi demonstrada durante a recente crise política, econômica e social argentina quando os militares permaneceram nos quartéis. Como o Professor Andrés Fontana, da Universidade de Belgrano, recentemente declarou — "definitivamente houve uma mudança de valores e mentalidade".[80] Estas não são as forças armadas de Juan Perón ou de Leopoldo Galtieri. Hoje, o militar não é uma ameaça ao estado. As relações cívico-militares são fortes, em grande parte porque o militar não se vê como um ator principal na resolução de disputas políticas, nem quer controlar o Estado. Quando entrevistado sobre o tumulto na Argentina, o Tenente-General Ricardo Brinzoni, comandante do Exército Argentino, disse que "recorrer à opção militar não era mais possível porque ambos, civis e militares, o preferem deste modo".[81] A extensa e desagradável experiência com o governo militar causou uma mudança importante no modo como as forças armadas deveriam

No campo da segurança, enquanto o Brasil apresenta à comunidade internacional um forte interesse em se afirmar como líder, também se preocupa por sua inabilidade em interromper a crescente marcha de violência que estoura nas favelas — chamemos esta de questão de insegurança interna. Enquanto o México compartilha preocupações semelhantes, suas dificuldades domésticas empalidecem em extensão e tamanho quando comparadas às do Brasil.

Departamento de Defesa

Um integrante das Forças Especiais brasileiras espera a sua vez para saltar de uma aeronave C-255 *chilena durante o exercício multinacional de pára-quedismo,* Cabañas 2000*, no Chile.*

se relacionar com o governo e com a sociedade.

Com um total de 41,400 soldados, marinheiros, pilotos e fuzileiros navais, as forças armadas são significativamente menores que pouco menos de duas décadas atrás. No entanto, com essa grande redução de força, a Argentina ainda pode reivindicar ser um dos países mais progressivos em relação às missões de paz no mundo. Porém, esta distinção teve um preço alto, de acordo com analistas da publicação *Jane's Defence Weekly*:

As iniciativas de Operações de Paz da Argentina são de grande amplitude. Embora geograficamente localizada no Cone Sul da América do Sul, ela possui soldados (e força policial) espalhados pelo mundo inteiro em missões de pacificação. Durante a última contagem, a ONU tinha 612 soldados argentinos e policiais desdobrados em várias missões em vários continentes. A Argentina constantemente se destaca entre os 20 a 25 países que mais contribuíram para as Operações de Paz da ONU. Ela está classificada em segundo lugar na América do Sul, atrás do Uruguai.

Em um mundo onde quase todas as forças armadas experimentaram grandes mudanças nos últimos anos, as forças armadas da Argentina pertencem a uma classe própria. Até o desastre da Guerra das Malvinas em 1982, as forças armadas ostentaram grande influência política, além do significado militar. Porém, nos últimos 15 anos, as forças armadas diminuíram em tamanho, perderam poder político e enfrentaram cortes volumosos no orçamento. . . Elas também mudaram totalmente suas percepções estratégicas sobre seus vizinhos e rivais anteriores. . . As operações de paz e execução da paz tornaram-se os principais papéis para as forças argentinas. Só nesta década, elas foram desdobradas na África, Camboja, Caribe, América Central, Chipre, antiga Iugoslávia, Oriente Médio e o Golfo Pérsico. Mas essas operações foram administradas quase sem verbas e as fontes de benefícios às forças, de muitas formas, não foram recuperadas. Apesar do uso pelo Presidente Carlos Menem das forças armadas em sua determinação política de trazer respeitabilidade internacional para a Argentina, elas não receberam muita prioridade em outros assuntos além desse.[82]

Diplomaticamente, a Argentina desfruta de boas relações com o Brasil e com o Chile graças ao Mercosul e a numerosos exercícios militares combinados. Estes exercícios, ou medidas de edificação de confiança (c*onfidence-building measures*), são projetados para promover transparência, compreensão, confiança, e valores

Departamento de Defesa

democráticos compartilhados. Eles foram um passo inicial importante na construção de uma cooperação de segurança.[83] Mesmo assim, sem aumento orçamentário, a Argentina não poderá manter uma força militar moderna,

As Forças Armadas chilenas refletem as normas progressivas do país. Sua força ativa de 87,500 homens a torna a maior em uma base per capita dentro da América do Sul. É uma força bem treinada, altamente educada, bem equipada e bem respeitada dentro das Américas. O orçamento militar é sustentado anualmente por uma infusão importante do dinheiro da "lei do cobre", somado ao orçamento militar regular. As forças militares chilenas têm uma parceria forte com os Estados Unidos.

bem treinada e significativa em termos de tamanho. Seu declínio contínuo desafiaria sua habilidade para permanecer neutra no campo político interno.

Durante os anos noventa, a Argentina tornou-se um dos aliados mais próximos dos Estados Unidos nas Américas. Desfruta de um estado especial como aliado não membro da OTAN, mas para todas as intenções e propósitos, funciona como se praticamente o fosse. Ela pode estar geograficamente separada da Europa, mas desfruta de uma convergência de interesses com a OTAN que varia de operações de manutenção à execução da paz. No campo da segurança cooperativa, a Argentina está determinada a ser parceira da OTAN no Atlântico Sul.[84] Ela é também defensora de um sistema de segurança regional e reconhece que os assuntos de segurança transnacionais requerem uma melhor cooperação dentro da América do Sul e nas Américas como uma entidade maior.

As iniciativas de Operações de Paz da Argentina são de grande amplitude. Embora geograficamente localizada no Cone Sul da América do Sul, ela possui soldados (e força policial) espalhados pelo mundo inteiro em missões de pacificação. Durante a última contagem, a ONU tinha 612 soldados argentinos e policiais desdobrados em várias missões em vários continentes.[85] A Argentina constantemente se destaca entre os 20 a 25 países que mais contribuíram para as Operações de Paz da ONU. Ela está classificada em segundo lugar na América do Sul, atrás do Uruguai. Talvez sua maior realização internacional militar até esta data seja sua participação na Brigada Auxiliar Multinacional de Alta Prontidão (*SHIRBRIG*) projetada expressamente para as Operações de Paz da ONU. Conduzida pela Dinamarca, esta unidade consiste de soldados da Argentina, Áustria, Canadá, Finlândia, Itália, Jordânia, Países Baixos, Noruega, Polônia, Romênia, Espanha, e Suécia. A *SHIRBRIG* evoluiu desde seu início, em 1995, quando era pouco mais que uma idéia, até hoje, quando se

ativada pela ONU, consistiria de quatro a cinco mil soldados. Trata-se de uma força de reação rápida, solicitada por muitos, há tempos, para lidar com emergências que se desenvolvem rapidamente sem muito aviso prévio.[86]

Dentro da Argentina, as forças armadas podem orgulhosamente reivindicar a propriedade do Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Paz (CAECOPAZ). O CAECOPAZ foi inaugurado pelo Presidente Carlos Menem no dia 27 de junho de 1995. Localizado na guarnição do *Campo de Mayo*, não muito longe da capital Buenos Aires, provê instrução em espanhol. Particularmente significativo é o fato de que a escola é aberta a todos os países - e sancionada pelo Departamento de Operações de Paz da ONU.[87] Esta escola e a participação da Argentina na *SHIRBRIG* representam um compromisso dos militares com a transformação, de uma força territorial arcaica a uma força moderna, inteligente, bem treinada e internacional, que serve às necessidades da democracia e move o país adiante em sua posição internacional.[88]

Chile

Embora pequeno em população, com pouco mais de 15 milhões de pessoas, o Chile se destaca de forma significativa no cenário regional e mundial. É sem dúvida a democracia mais forte na América do Sul, com baixo índice de corrupção e grandes oportunidades. É uma força econômica, em grande parte devido ao seu planejamento cuidadoso e suas escolhas difíceis. Mais de uma década atrás, o Chile desenvolveu uma estratégia de livre comércio a longo prazo e pagou o custo a curto prazo, desse deslocamento econômico, perdendo milhares de empregos na indústria têxtil, mas eventualmente desenvolvendo mais posições para trabalhadores em uma economia de exportação vibrante que é invejada no mundo. O Presidente Ricardo Lagos explica:

Parece-me que o que pudemos realizar no Chile é importante do ponto de vista de um país pequeno que entendeu que, neste século XXI, estaremos vivendo em uma economia global. Assim, quando falamos de comércio, estamos falando sobre o tipo de desenvolvimento que temos em nosso próprio país hoje. É verdade que durante a última década pudemos dobrar nosso produto interno bruto. É verdade que durante a última década só dois países puderam ter uma taxa de crescimento maior que a do Chile, a China e Singapura. . . o tipo de abertura da economia chilena exige que tenhamos um compromisso muito forte com este tipo de livre comércio. É claro que pertencemos à América Latina, no Mercosul somos membros associados e a razão pela qual não somos membros integrais é devido às diferenças de tarifas.[89]

O Chile tem relações excelentes com seus vizinhos na América do Sul, exceto com a Bolívia, principalmente devido a conflitos passados que resultaram em uma Bolívia territorialmente reduzida e num Chile maior. Ainda, enquanto busca respeito, o Chile é conhecido por sua tendência de fixar seu próprio rumo em assuntos políticos, econômicos e militares. Nunca tendo perdido uma guerra e possuindo uma economia modelo e um regime político que é possivelmente mais progressivo que o dos Estados Unidos, é compreensível como o Chile pode orgulhosamente conduzir-se em assuntos internacionais (na era pós-Pinochet). Mais importante, atua globalmente — com impecável credencial — e vê seu futuro dependendo da vitalidade de seu hemisfério e de seus parceiros internacionais. Suas relações com os Estados Unidos são muito próximas. Contudo, o Chile não perdeu sua veia de independência, cuidadosa mas firmemente reprovando Washington quando este demorou a reconhecer o Chile como um parceiro vital no comércio.

As Forças Armadas chilenas refletem as normas progressivas do país. Sua força ativa de 87,500 homens a torna a maior em uma base per capita dentro da América do Sul.[90] É uma força bem treinada, altamente educada, bem equipada e bem respeitada dentro das Américas. O orçamento militar é sustentado anualmente por uma infusão importante do dinheiro da "lei do cobre", somado ao orçamento militar regular.[91] As forças militares chilenas têm uma parceria forte com os Estados Unidos. A evidência disto pode ser encontrada nas numerosas missões de treinamento cooperativas e no desejo do Chile em comprar material militar americano.[92] Internamente, as forças armadas chilenas têm melhorado as relações civico-militares.[93] A liderança militar está comprometida com o respeito à autoridade civil, mesmo que isto signifique ajustar-se a um escrutínio adicional e transparência, e isto é apoiado pelo fato que como uma instituição, é altamente respeitada pela sociedade.

O Chile é um noviço em relação às Operações de Paz e tem se concentrado mais em doutrina, treinamento e operações militares convencionais. Possuindo experiência em resoluções de conflitos que datam dos anos trinta, o Chile tornou-se um contribuinte significativo das operações da ONU somente na última década. Sua operação mais expressiva junto à ONU foi no Timor Leste onde desdobrou uma brigada de aviação juntamente com algumas forças terrestres.[94] O interesse em Operações de Paz está crescendo. Atualmente, o Chile tem um total de 44 soldados militares e policiais desdobrados em Operações de Paz da ONU.[95] Não há dúvida de que este compromisso aumentará no futuro.

Reunindo Tudo: A Nova Arquitetura de Segurança Hemisférica

Antes de explicar como este novo sistema deverá operar, é importante estabelecer quais são as finalidades. O principal resultado a ser obtido é o de transformar a estrutura coletiva arcaica de nossa arquitetura

de segurança em uma estrutura que fortaleça a nossa incipiente comunidade hemisférica. Ele deve ser capaz de capitalizar-se na sinergia resultante dos valores e dos interesses compartilhados. Ele tem que fortalecer nossos laços democráticos e melhorar as oportunidades ao tratar das atuais necessidades de segurança das Américas. Isto levanta muitas perguntas. O que deveria ser capaz de fazer este novo sistema? Quais controles são necessários? Quem são os atores principais? Que organização internacional está melhor preparada para administrar e conduzir este sistema de segurança?

Um princípio importante que deve guiar a cooperação de segurança é que, para ser efetiva, deve ser organizada, profissional e capaz de proporcionar respostas rápidas aos problemas. Não precisamos de mais um corpo de burocratas adeptos à discussão mas com pouca autoridade para agir. Esta nova arquitetura de segurança deve ter autorização para agir decisiva e competentemente. Afinal de contas, se nós — os Estados da região — vamos construir uma comunidade econômica hemisférica, é bom que exista uma comunidade de segurança que possa protegê-la, e sem demora. Em essência, a nova arquitetura de segurança deve ter forças multinacionais efetivas (s*tanding multinational forces*) que possam lidar com as missões de ajuda humanitária, operações de manutenção da paz, obtenção da paz e outras contingências de pequena escala (s*mall scale contingencies*).[96] Os acordos, as estruturas e as organizações não têm sentido, a menos que possam agir. Assim, somente unidades multinacionais efetivas podem verdadeiramente executar tal exigência. Qualquer um que tenha servido na fase inicial de uma operação, seja durante uma operação de manutenção da paz ou de obtenção da paz, entende o quanto é importante este novo conceito (de *SMF*s), já que o nível de caos é freqüentemente pouco ou mal relatado nos canais competentes. Assim, a finalidade primária desta estrutura de segurança é que ela deve ser capaz de se desdobrar com rapidez, regional e globalmente, para lidar com desastres naturais, disputas fronteiriças, Estados arruinados[97] e outros desafios que rapidamente emergem.

Para salvaguardar a soberania dos Estados são necessários controles efetivos, para impedir que qualquer Estado venha a dominar o programa e controlar as missões. Se realmente formos apoiar valores liberais, cada Estado deve ser respeitado e deve ser consultado sobre a possibilidade de seus soldados serem empregados em uma missão considerada pela estrutura de segurança. Sem amplo acordo dos Estados membros, a arquitetura de segurança perde a legitimidade, que é o fundamento para a cooperação de segurança.

As organizações internacionais, uma vez criadas, são difíceis de serem substituídas, e é quase impossível desmembrá-las uma vez que elas passam a ter décadas de experiência. A OEA é certamente um exemplo disto, embora em termos regionais. Embora sua estrutura de segurança — o Tratado do Rio — seja praticamente obsoleta, há potencial para reformas e revitalização importantes. Além disso, tendo em vista as mudanças positivas em outras áreas da OEA — tal como as Cartas Democráticas[98] — não é correto impugnar a habilidade desta venerável organização para abraçar mudanças e tornar-se mais relevante para as Américas. O fato é, só uma organização fala pelas Américas, a OEA.

Se a arquitetura de segurança depende principalmente das unidades multinacionais efetivas, há algum exemplo a ser seguido em forma ou função? Uma unidade atual multinacional "quase permanente" é a *SHIRBRIG*, sendo que o dela é mais um estado de prontidão que propriamente permanente. Durante a Segunda Guerra Mundial, havia uma unidade multinacional permanente, que é um excelente modelo a se considerar.

A Primeira Força de Serviço Especial (FSSF) foi um esforço de cooperação entre o Canadá e os Estados Unidos. Ao Coronel Robert T. Frederick, do Exército norte-americano, foi determinado o comando desta brigada multinacional, formada em 1942, para conduzir operações em climas frios.Originalmente configurada como uma unidade de "comandos" que poderia conduzir ataques diversionários empregando pára-quedistas e veículos de transporte especiais, a unidade foi convertida em um grupo de assalto versátil.

A Primeira Força de Serviço Especial (*FSSF*) foi um esforço de cooperação entre o Canadá e os Estados Unidos. Ao Coronel Robert T. Frederick, do Exército norte-americano, foi determinado o comando desta brigada multinacional, formada em 1942, para conduzir operações em climas frios.[99] Originalmente configurada como uma unidade de "comandos" que poderia conduzir ataques diversionários empregando pára-quedistas e veículos de transporte especiais, a unidade foi convertida em um grupo de assalto versátil.[100] Os soldados canadenses e americanos trabalharam bem em grupo e tinham grande orgulho da sua condição de elite, tendo sido recrutados dentre lenhadores, guardas-florestais, caçadores, mateiros, fiscais florestais, prospectores e exploradores.[101] Eles receberam treinamento em esquis e desenvolveram sua proficiência na utilização de várias armas.

Por meio da geração de hábitos cotidianos no programa de treinamento, a Força tinha adquirido a condição de, uma entidade separada que não era

Departamento de Defesa

Soldados chilenos e estadunidenses treinam integrantes das Forças Armadas argentinas em operações empregando helicópteros no Forte Lautaro, no Chile.

canadense nem americana, mas somente a Força de Serviço Especial. A seleção inicial de indivíduos rudes para compor esta força e de oficiais altamente agressivos, para conduzi-la, tinha produzido uma unidade singular composta do que foi descrito como 'os líderes de gangues.' O soldado individual, tinha desenvoltura, dureza mental e física e uma iniciativa que sobrepujava todos os obstáculos.[102]

O que deveria uma FSSF conter? Para executar uma gama extensiva de missões, competentemente, deveria ter unidades de combate, de apoio ao combate e logísticas. Irá também precisar de unidades de aviação de asas rotativas e fixas para assegurar que estas brigadas sejam rapidamente desdobradas. Para ser uma força-tarefa de brigada, completamente capaz e auto-suficiente, deve ter entre cinco e seis mil soldados (apesar de também poder possuir fuzileiros e destacamentos de ligação da marinha). Considerando que serão forças multinacionais, desafios de interoperabilidade deverão ser considerados.

Das Ilhas Aleutas à campanha européia na Itália e na França, os membros da Brigada do Diabo (como os inimigos os chamavam) lutaram com grande valor e sucesso, freqüentemente sofrendo baixas significativas. Seu incrível espirito de corpo os tornou muito agressivos em batalha, para grande pesar do outro lado. O jornalista canadense Sholto Watt, do jornal *Montreal Standard*, resumiu as realizações da unidade:

A importância da Primeira Força de Serviço Especial na história mundial, e sua influência para o futuro, é muito maior que até mesmo o seu excelente mérito militar mereceria. O significado desta Força é que foi a primeira força conjunta (multinacional) desse tipo, extraída de duas democracias vizinhas e que foi sempre um sucesso brilhante. É, sem dúvida, fantástico vê-la como o protótipo da polícia mundial daquela comunidade internacional que, por tanto tempo, tem sido o sonho de homens de boa vontade.[103]

Está na hora de trazer de volta a Primeira Força de Serviço Especial, tornando-a a base para a cooperação de segurança do hemisfério no século XXI. Certamente não há necessidade para se esperar por uma outra Grande Guerra para se operar de uma maneira verdadeiramente multinacional. Pelas descrições dos Estados selecionados nas Américas do Sul e do Norte, fica claro que eles formam os blocos para a regeneração das *FSSF*. O

Canadá, os Estados Unidos, e o México poderiam cooperar provendo forças militares para criar a Primeira Força de Serviço Especial (Norte), ou *FSSF(N)*. O Brasil, a Argentina e o Chile poderiam cooperar provendo a estrutura de força para construir a Primeira Força de Serviço Especial (Sul), ou *FSSF(S)*.

Estas unidades representam a fase inicial da nova arquitetura de cooperação de segurança, o que significa dizer que mais forças podem ser acrescentadas à estrutura de segurança ou até mesmo à cada força. Por exemplo, logo após a formação da *FSSF(S)*, outros Estados podem querer unir-se. O Uruguai e o Paraguai podem muito bem desejar unir-se ao Brasil, Argentina e Chile. Eles deveriam ser encorajados a se envolverem e a ampliarem a parceria. Se Estados da América Central, na cadeia Andina da América do Sul e no Caribe, desejarem formar uma *FSSF*, deveriam ser encorajados a fazê-lo. Uma meta a longo prazo é ter todos os Estados das Américas representados.

O que deveria uma *FSSF* conter? Para executar uma gama extensiva de missões, competentemente, deveria ter unidades de combate, de apoio ao combate e logísticas.[104] Irá também precisar de unidades de aviação de asas rotativas e fixas para assegurar que estas brigadas sejam rapidamente desdobradas.[105] Para ser uma força-tarefa de brigada, completamente capaz e auto-suficiente, deve ter entre cinco e seis mil soldados (apesar de também poder possuir fuzileiros e destacamentos de ligação da marinha). Considerando que serão forças multinacionais, desafios de interoperabilidade deverão ser considerados. Cada força deve ter um idioma primário e secundário — algumas poderiam falar até mesmo três idiomas. O equipamento das forças tem que ser coordenado de maneira que elas possam utilizar o melhor equipamento disponível entre os países membros e que venha a encorajar os países a realizar "cooperativas" entre suas indústrias de defesa. Só os melhores soldados deveriam participar da força de elite, porque eles precisarão de grande inteligência, dedicação e compreensão para ter sucesso, como membros. Os que entrarem para as *FSSF* deverão esperar servir por um período mínimo de 3 anos, para facilitar a utilização de todos os seus talentos e manter o nível mais alto de prontidão da unidade. Cada *FSSF* proverá seções de ligação a outras unidades de *FSSF* para melhorar o treinamento, o desenvolvimento e a coordenação da missão.

Talvez o benefício mais importante ao se recriar as *FSSF* seja a verdadeira compreensão, respeito, amizade e confiança que serão concebidas quando do treinamento conjunto dos soldados, a convivência conjunta e a socialização. Qualquer um que tenha servido em uma unidade militar de elite entenderá o senso de união que ocorre quando tropas se unem com um objetivo comum e edificam um trabalho de equipe para extrair o melhor dos indivíduos e obter êxito como entidade coletiva. O único problema com os exercícios de treinamento conjuntos é que eles terminam no momento em que os soldados de vários países estão começando a se familiarizar. Esta é uma razão importante para o desenvolvimento de unidades multinacionais permanentes. A sinergia alcançada nas relações militares internacionais de uma *FSSF* será imensa porque os membros das *FSSF* voltarão aos seus países com idéias diferentes sobre a cooperação, e terão influência nas visões de outros soldados, oficiais, familiares, e vizinhos.

Não importa como o comando e o controle sejam executados, pois sempre haverão reclamações. Fora isso, o controle da força para fins de emprego da tropa só pode repousar sobre a OEA, em forma de um novo conselho de segurança, que supervisionará as unidades das *FSSF*. Para respeitar a soberania dos Estados que têm forças militares em uma *FSSF*, cada Estado tem que prover consentimento expresso para cada missão escolhida pela OEA. A menos que todos os Estados concordem, a força não poderá ser desdobrada. O uso desta regra apóia duas exigências importantes apresentadas anteriormente: moderação estratégica e confiança. Os Estados maiores não podem manipular Estados menores para executar um plano que está em contraposição aos seus interesses e/ou valores. Fazer com que uma consulta seja feita junto a todos os Estados é uma exigência que atenua as preocupações que os Estados menores possam ter. Um subproduto importante desta regra é que ela gera consulta, consideração, justiça, transparência, e decisões mais deliberadas e diversas.

Sobre o tópico comando das *FSSF (N)* e *FSSF (S)* propostas, outro assunto que vai gerar o ranger de dentes, é que ele só pode ser compartilhado até certo ponto. Afinal, só pode haver um comandante em uma organização militar. As *FSSF (N)* deverão ser comandadas por um General-de-Brigada dos Estados Unidos, com subcomandantes do Canadá e do México. As *FSSF(N)* deverão estar operacionalmente sob o Comando Norte, embora no final das contas sejam subordinadas à OEA. As *FSSF (S)* deverão ser comandadas por um General-de-Brigada do Brasil, com subcomandantes da Argentina e do Chile. Operacionalmente, as *FSSF (S)* deverão estar sob um comando regional baseado no Brasil. Os Estados Unidos e o Brasil deverão servir como líderes pelas razões já esboçadas. Com a liderança, vem a responsabilidade, significando que estes países terão que prover significativos recursos físicos, humanos e financeiros para estas unidades que estarão baseadas em seus países, embora, missões de treinamento devam ser executadas em todos os países membros.

O Conselho de Segurança da OEA, responsável pelo desenvolvimento de cada *FSSF,* também é o responsável por organizar a sede do alto comando e de forças adicio-

Departamento de Defesa

Carros de combate argentinos realizam um exercício de treinamento.

nais, dependendo das exigências da missão. O Conselho de Segurança deverá ser composto pelo Canadá, Estados Unidos, México, Brasil, Argentina e Chile, como ponto inicial de partida. O Conselho de Segurança da OEA pode ter até 10 membros, alguns sendo designados por escala. Qualquer recomendação para ação por este conselho deve receber dois terços da maioria de votos em apoio à Assembléia Geral da OEA.

Uma nova arquitetura de segurança é necessária nas Américas, para que possa refletir o movimento direcionado à comunidade econômica e o compromisso a valores democráticos — mais precisamente liberais. Também deverá refletir um novo tipo de liderança que emprega moderação estratégica e confiança dos aliados. Uma das grandes ironias da vida é que quanto mais forte conduzimos; menos provável é que outros seguirão.

O papel primário das unidades das *FSSF* é servir em missões dentro do Hemisfério Ocidental. O papel secundário é estar disponível para oferta pela OEA à ONU, em missões de paz. Mesmo assim, os Estados, individualmente, podem ser os catalisadores para gerar o apoio a tais missões. Devido à alta probabilidade de desdobramento, somente uma *FSSF* deverá ser desdobrada fora das Américas, até que haja pelo menos três brigadas no inventário da OEA. A lógica é que muitos compromissos com a ONU poderiam privar o hemisfério de uma força para responder às suas próprias situações de emergência. A OEA deveria ter uma divisão de ligação para segurança — seção ligada ao Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, para melhorar o planejamento, a coordenação e a resposta às missões.

Recomendações.

É importante que os Estados Unidos tomem a dianteira para a ampliação da cooperação de segurança dentro do Hemisfério Ocidental. Os próximos 5-10 anos serão críticos para se alcançar um maior senso de comunidade dentro das Américas. Se as oportunidades não forem seguidas de ação, indubitavelmente isto resultará em perda de confiança nos Estados Unidos pelos seus vizinhos do hemisfério, sem mencionar o dano feito ao avanço dos interesses e valores. Dado isto, as seguintes recomendações são feitas:

• Condução de uma conferência de segurança do hemisfério, com o apoio da OEA, antes de 1 de outubro de 2003. A conferência deverá focalizar na criação de uma nova estrutura de segurança. Os Estados Unidos deverão recrutar o apoio do Canadá, México, Brasil, Argentina, e Chile como co-patrocinadores da conferência. Uma nova estrutura de segurança na OEA deverá ser criada e deverá ser provida de pessoal, até 1 de janeiro de 2004.

• Reativação da Primeira Força de Serviço Especial *(FSSF*), com uma unidade do norte, constituída pelo Canadá, os Estados Unidos e o México. Esta unidade será conhecida como a *FSSF (N)*. Uma segunda unidade do sul, constituída pelo Brasil, Argentina e o Chile será conhecida como a *FSSF (S)*. Estas unidades deverão estar prontas e operacionais em 1 de outubro de 2004.

• Assegurar que as *FSSF (N + S*), estejam completas em pessoal, abastecidas e treinadas, de forma que estejam completamente preparadas para se desdobrarem dentro das Américas, em uma potencial missão, a partir de 1 de outubro de 2005.

• Encorajar outros Estados membros da OEA a criar *FSSF*s adicionais antes de 1 de outubro de 2005, de forma que unidades suficientes estejam disponíveis em 1 de outubro de 2006, capazes de assumir missões dentro e fora das Américas, simultaneamente.

Conclusão

Uma nova arquitetura de segurança é necessária nas Américas, para que possa refletir o movimento direcionado à comunidade econômica e o compromisso a valores democráticos — mais precisamente liberais. Também deverá refletir um novo tipo de liderança que emprega moderação estratégica e confiança dos aliados.[106] Uma das grandes ironias da vida é que quanto mais forte conduzimos; menos provável é que outros seguirão. Uma boa liderança, definida como quando se tem seguidores leais, acontece quando o foco não é tanto estar no poder, mas sim estar desenvolvendo um senso de trabalho de equipe que demonstra respeito pelas opiniões e idéias da equipe. Essencialmente, é justamente disso que trata o poder flexível — levar os outros a fazerem coisas que eles vêem como sendo consistentes com os seus próprios valores e interesses. A "cláusula de soberania" contida nesta nova arquitetura de segurança reflete o poder flexível. Nenhum Estado é compelido a juntar-se à uma missão que não apoie. Isto constrói a convicção e a confiança.

Uma distinção sutil, mas importante, é que o foco está na cooperação de segurança, não na integração de defesa. A integração de defesa causa discussão acerca de assuntos de soberania que vão contra tal programa. A cooperação de segurança provê oportunidades para a melhoria do modo como coletivamente respondemos aos desafios dentro e fora do Hemisfério Ocidental, contudo, sob um processo que não transtorne a estrutura de defesa estatal existente ou diminua a autoridade do Estado no campo da segurança. Também é importante notar que esta é uma aproximação indireta ao combate contra pragas, tais como o tráfico de drogas e insurreições de guerrilha. A cooperação provê o intercâmbio de informações, idéias e preocupações. Isto por si só ajuda aos Estados no dever de proteger os seus cidadãos e os seus direitos. Este não é o dever primário das unidades multinacionais permanentes. Elas podem ajudar, mas só quando há consenso de todos os Estados membros, o que é muito improvável.

Hoje, as Américas precisam de unidades multinacionais permanentes competentes, que possam apoiar a paz e apresentar respostas imediatas aos desastres naturais, não uma máquina burocrática, que seja lenta para responder, e normalmente desorganizada quando reunida e desdobrada, pelo menos, inicialmente. Podemos e temos que fazer melhor. Uma estrutura de segurança revisada, na OEA, e um componente FSSF de unidades Especiais, são as melhores formas para enfrentarmos os desafios do futuro, promover a cooperação, fortalecer a democracia, ampliar as oportunidades e construir uma confiança e respeito duradouros.

Enquanto as medidas de construção de confiança são um passo positivo para a cooperação de segurança do hemisfério, é hora de passarmos para a próxima fase, um sistema de segurança que possa refletir as realidades do século XXI e que esteja afinado com as virtudes regionais de segurança e desafios. Hoje, as Américas precisam de unidades multinacionais permanentes competentes, que possam apoiar a paz e apresentar respostas imediatas aos desastres naturais, não uma máquina burocrática, que seja lenta para responder, e normalmente desorganizada quando reunida e desdobrada, pelo menos, inicialmente. Podemos e *temos* que fazer melhor. Uma estrutura de segurança revisada, na OEA, e um componente *FSSF* de unidades Especiais, são as melhores formas para enfrentarmos os desafios do futuro, promover a cooperação, fortalecer a democracia, ampliar as oportunidades e construir uma confiança e respeito duradouros. Vamos trabalhar para a criação de uma melhor comunidade de Estados dentro das Américas. ***MR***

Referências

1. Comitê de Relações Internacionais da Câmara, "Audiência de Proposta para o Orçamento Fiscal de Relações Externas para 2003", Documento Federal da Câmara, 6 de fevereiro de 2002.

2. Glen Johnson, "Bush ressalta importância da América Latina no momento em que os EUA impõem 'Relação Especial' com o México", *Boston Globe*, 26 de agosto de 2001, p. A1.

3. Caso a ALCA não seja aprovada até 2005, há ainda boas razões para se acreditar que irá se buscar sua aprovação e que finalmente irá acontecer na primeira década do século XXI.

4. Veja, por exemplo, John J. Mearsheimer, "A Tragédia das Políticas das Grandes Potências", Nova York: W. W. Norton & Co., 2002, pp. 29-54.

5. G. John Ikenberry, Após a Vitória: Instituições, Restrições Estratégicas e a Reconstrução da Ordem após as Grandes Guerras, Princeton, NJ: Gráfica da Universidade de Princeton, 2001, p. 15.

6. Kenneth Maxwell, "Evitar a Tentação do Imperialismo: os Estados Unidos e a América Latina", Jornal de Política Mundial, Vol. 16, Outono de 1999, pp. 57-67.

7. Joseph Nye, Inclinação para Liderar, Nova York: Livros Básicos, 1990. Ver também Joseph Nye, O Paradoxo do Poder Americano: Porque a única Superpotência Mundial Não Pode Seguir Sozinha, Nova York: Gráfica da Universidade de Oxford, 2002.

8. Utilizo este termo para descrever aqueles que freqüentemente dão eco às críticas proporcionadas pelas organizações de direitos humanos. Suas posições políticas sobre a Colômbia não levaram à paz, ao contrário, indiretamente contribuíram para a escala da violência ou abuso dos direitos humanos, na verdade uma idiossincrasia irônica. Isto não significa dizer que as organizações de direitos humanos não exerçam um papel construtivo na identificação de problemas cruciais, mas a dificuldade está em seus preconceitos inerentes e inabilidade para articular efetivamente estratégias para dar fim às insurgências ou proporcionar melhoria dos direitos humanos. Veja, por exemplo, Robert L. Pollock, "A Paz Não É Oriunda de Um Processo", *Wall Street Journal*, 28 de fevereiro de 2002, p. 18. Ver também o Editorial, "Ajuda Para a Colômbia", *Washington Post*, 24 de fevereiro de 2002, p. A15. Talvez o melhor artigo acerca deste assunto seja o de Mary Anastasia O'Grady, "Os Esforços Anti-Terroristas da Colômbia Merecem a Ajuda dos EUA", *Wall Street Journal*, 29 de março de 2002, p. 13.

9. Utilizo este termo para descrever aqueles que têm atuado em favor de uma estratégia de combate ao narcotráfico que há muito tempo está falha. Ver por exemplo o relatório do *General Accounting Office*: Controle de Drogas: Esforços para Desenvolver Alternativas ao Cultivo de Plantações Ilícitas na Colômbia Não Obtiveram Progresso e Enfrentam Sérios Obstáculos, Washington, Relatórios do *GAO*, 2002. Ver também da agência *Reuters*, "O Plantio de Coca da Colômbia Aumenta, Dizem os EUA", *New York Times*, 9 de março de 2002, p. 5; e da *Associated Press*, "A Prosperidade da Coca Peruana Impede a Guerra das Drogas", *Associated Press*, 13 de Março de 2002.

10. Philip Bennett, "O Avanço do País de Fox: Para O Novo Presidente do México, O Futuro Começa Na Fronteira", Washington Post, 14 de janeiro de 2001, p. 01.

11. Tom Raum, "Bush Cria Novo Posto Na Casa Branca", *Associated Press*, 16 de janeiro de 2001.

12. Relatório Oficial da Reunião Ministerial de Defesa das Américas (*DMA*), Washington, DC: Gráfica Federal do Governo dos EUA, 1995. A Segunda Reunião Ministerial de Defesa das Américas foi realizada em 1996, em Bariloche, Argentina. A Terceira *DMA* foi realizada em 1998 em Cartagena, Colômbia. A Quarta *DMA* aconteceu em 2001 em Manaus, Amazonas, Brasil.

13. J. Fred Rippy, A Defesa da América do Sul e do Hemisfério, Baton Rouge, LA: Gráfica da Universidade Estadual de Louisiana, 1941. De maneira mais abrangente, a idéia de uma comunidade hemisférica data do início dos anos de 1800, mas foi oposta pelos Federalistas nos Estados Unidos e por Simon Bolívar na América do Sul. Uma outra onda de solidariedade hemisférica surgiu nos anos de 1880, porém não obteve muito apoio.

14. François Heisbourg, "A Defesa da Europa: Fazendo-a Funcionar", Chaillot Papers 42 (setembro de 2000). A União Européia (UE) tem uma unidade multinacional – Corpo Franco-Germânico – para proteger os interesses dos Estados membros, e mais Estados estão atualmente provendo mais unidades para a UE.

15. Lexington, "A Grande Estratégia de Bob Zoellick*", Economist*, 2 de março de 2002, p. 35.

16. Georges A Fauriol e William Perry, Pensando Estrategicamente sobre 2005: Os Estados Unidos e A América do Sul, Washington: Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais, 1999.

17. *Ibid*, Prefácio.

18. *Ibid.*

19. *Ibid.*

20. Patrice M. Franco, Em Direção À Uma Nova Arquitetura de Segurança nas Américas: As Implicações Estratégicas da ALCA, Washington: Gráfica do *CSIS*, 2000.

21. Donald E. Schulz, Os Estados Unidos e A América Latina: Formando um Futuro Indefinível, *Carlisle Barracks*, PA: Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA, Instituto de Estudos Estratégicos, 2000, pp. 41-46.

22. Arthur P. Whitaker, A Idéia do Hemisfério Ocidental: Sua Ascensão e Seu Declínio, Ithaca, Nova York: Gráfica da Universidade de Cornell, 1954.

23. Veja Joseph R. Nuñez, "Doméstico e Hemisfério", *Christian Science Monitor*, 20 de dezembro de 2001, p. A6.

24. Ginger Thompson, "Fox Urge Pelo Fim do Tratado de 54 Anos Entre os EUA e O México, Nova York Times, 8 de setembro de 2001, p. A6.

O Presidente do México, Vicente Fox, pediu pelo fim do tratado de 54 anos entre os EUA e as nações latino-americanas que objetivava proteger o hemisfério contra o Comunismo e solicitou sua substituição por pactos que combateriam as mazelas sociais e o crime organizado ... ele urgiu que a OEA iniciasse a trabalhar no desenvolvimento de novas estratégias regionais que pudessem ser responsáveis pelas 'ameaças reais que avançam sobre nós', incluindo a extrema pobreza, os abusos dos direitos humanos, a degradação ambiental e os desastres naturais.

25. Esta será a realidade até 1 de outubro de 2002, quando o Comando do Norte estiver formalmente criado. O Comando do Norte, conforme o novo Plano de Comando Unificado, irá incluir o Canadá, os Estados Unidos, o México e uma parte do Caribe.

26. O termo América é usado em reconhecimento ao fato de que as vítimas do *World Trade Center* não eram só dos Estados Unidos; estavam entre elas um grande número de pessoas do Canadá, México, Brasil e outros países das Américas. Também houve vítimas de muitos outros países.

27. Nuñez, "Doméstico e Hemisfério", p. 9.

28. Thomas E. Ricks, "A Revisão Militar Considerada", *Washington Post*, 11 de outubro de 2001, p. A1.

29. *Ibid*

30. Painel de Defesa Nacional, Transformando a Defesa: A Segurança Nacional no Século XXI, Arlington, VA, Painel de Defesa Nacional, 1997, p. 72.

31. *Ibid.*

32. Audiência do Comitê das Forças Armadas no Senado, "O Orçamento de 2003 do Departamento de Defesa", Serviço Federal de Notícias, 5 de fevereiro de 2002, p. 38. Ao testemunhar diante do Comitê das Forças Armadas no Senado, o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, testemunhou que o novo Comando do Norte "iria concentrar-se primariamente na defesa dos Estados Unidos e nossos vizinhos...".

33. Nuñez, "Doméstico e Hemisfério".

34. Jim Travers, "Partilhe a Defesa ou Seja Alijado", *Toronto Star*, 26 de fevereiro de 2002, A23.

35. *Ibid.*

36. Douglas Bland, "O Canadá e as Coalizões Militares: Onde, Como e Com Quem?", *Policy Matters*, Vol. 3, fevereiro de 2002, pp. 26-27.

37. Michael Kergin, "O Canadá e os Estados Unidos: Enfrentado Uma Nova Realidade Mundial – Juntos", discurso apresentado à Câmara de Comércio da Grande Miami, 6 de fevereiro de 2002.

38. *Ibid.*

39. *Ibid.*

40. John Manley, "Discurso do Ilustre John Manley, Vice-Primeiro Ministro do Canadá e Ministro de Infra-Estrutura e Corporações da Coroa para o Clube Canadense", 11 de fevereiro de 2002.

41. *Ibid.*

42. Para um exame crítico da relação Canadá-EUA, ver Stephen Clarkson, "Trabalho Conjunto para Defesa Continental: Redesenhando o Perímetro Americano Após 11 de Setembro", Centro canadense para Políticas Alternativas, fevereiro de 2002. Ver também James Laxer, "Sobrevivendo ao Imperialismo Americano", *Toronto Star*, 17 de fevereiro de 2002, A13 3 Paul Hellyer, "Os Americanos Irão Ditar Nossos Papéis Militares", Globe and Mail, 7 de fevereiro de 2002, p. A11. Para uma análise mais equilibrada, que culpa Ottawa e Washington, veja Jim Travers, "Futuro Desolador Se O Canadá Agir Em Conjunto Com Os EUA", *Toronto Star*, 7 de fevereiro de 2002, p. A27.

43. Manley.

44. Mitch Potter, "Tropas do Canadá e dos EUA, 'uma Equipe' em Kandahar: É 'Um Por Todos, Todos Por Um', diz um alto Comandante dos EUA", *Toronto Star*, 6 de fevereiro de 2002, p. A1.

45. Peter Baker e Susan B. Glasser, "Forças dos EUA e Aliados Patrulham Zona de Batalha, Buscam Sobreviventes; Tropas Canadenses Entram Em Rápido Combate", *Washington Post*, 15 de março de 2002, p. A14.

46. Bryan Bender, "Canadenses buscam por guerreiros da Al Qaeda", *Boston Globe*, 14 de março de 2002, p. 1. Ver também *Newswire*, "Tropas dos EUA e do Canadá Travam Batalha Com al Qaida", Associated Press, 14 de março de 2002; e Steve Thorne, "Canadenses Matam 3 Combatentes da Al Qaeda", *Toronto Star* , 15 de março de 2002, p. A10.

47. Ver mais em Joseph R. Nuñez, "Uma Nova Estratégia dos Estados Unidos Para o México", Conflito de Baixa Intensidade e Aplicação da Lei, Vol. 8, N° 2, verão de 1999.

48. Ginger Thompson, "Grupos de Direitos Humanos Dizem que o México Ignora Abusos de Militares", *New York Times*, 6 de dezembro de 2001, p. A18.

49. Mary Jordan e Kevin Sullivan, "O México Está Sob Os Holofotes; O Novo Presidente Determina Um Curso Corajoso Nas Relações Regionais com os EUA", *Washington Post*, 31 de janeiro de 2001, p. A14.

50. Agência *Reuters*, "O México Pode Vir A Fazer Parte Do Esforço Mundial de Operações De Paz Da ONU; Fox Inicia Uma Mudança Na Política Externa", *San Diego Union-Tribune*, 5 de janeiro de 2001, p. A18.

51. Global News Wire, "Fox Anuncia Um Papel Internacional 'Mais Dinâmico' Para O México", Serviço de Notícias EFE, 6 de janeiro de 2001.

52. Diálogo relatado ao autor por um colega que apresentou a pergunta a esse oficial general em 7 de agosto de 2001, nos Estados Unidos, durante uma visita oficial.

53. Carl von Clausewitz, "Da Guerra", Michael Howard e Peter Paret, edição e tradução, Princeton, NJ: Gráfica da Universidade de Princeton, 1976, p 89.

54. Susan Ferriss, "Chefe Executivo Do México Diz Que Políticos Estão Por Trás de Proibição de Viagem, Os Laços do Presidente Fox Com Os EUA Causam Repercussão", *Atlanta Journal-Constitution*, 11 de abril de 2002, p. A2. Ver também Ginger Thompson, "O México Proíbe Seu Presidente De Viajar Na Próxima Semana", *New York Times,* 10 de abril de 2002, p. 7; e Kevin Sullivan, "Proibição de Viagem Reflete a Frustração do México Com o Presidente Fox; A Viagem do Presidente Era para Promover o Comércio; Críticos No Congresso Vêem Poucos Benefícios Nas Relações Próximas Com Os EUA", *Washington Post*, 11 de abril de 2002, p. A18.

55. Ferriss, p. A10.

56. *Ibid.*

57. Tais como os apresentados pelo autor.

58. Dolia Estevez, "Tentativa Para Incorporar o México ao Comando Norte-Americano", *El Financero*, 12 de abril de 2002, p. 7.

59. Will Weissert, "Ministro da Defesa do México Discute Possível Força Conjunta Norte-Americana", *Associated Press*, 10 de abril de 2002. O relatório citado foi escrito pelo Coronel Joseph R. Nuñez. Ver também Joseph R. Nuñez, "Um Nova Estratégia dos EUA para o México", Conflito de Baixa Intensidade & Aplicação da Lei, Vol. 8, N° 2, verão de 1999.

60. José Luis Ruiz, "Não Compete ao México Informar O Que Fazem os EUA", El Universal, 13 de abril de 2002, p. 1.

61. Jeffrey Davidows, "Os EUA Não Querem A Subordinação Das Forças Armadas Do México", El Universal, 15 de abril de 2002, p. 5.

62. Salvo o apoio da administração do Presidente Fox para a cooperação de segurança, há uma crescente evidência de que o povo mexicano não concorda com as posições internacionais do PRI e do PRD. Ver Gretchen Peters, "No México, A Guerra Entre O Presidente

Fox E O Congresso Aumenta; O Presidente Fox Deveria Estar Nos EUA Esta Semana, Porém O Congresso Disse Não", *Christian Science Monitor*, 16 de abril de 2002, p. 7, "Até agora, a maioria dos mexicanos estão do lado de Fox. Uma pesquisa por telefone do diário Reforma, descobriu que 67% das pessoas acreditavam que os legisladores agiam de forma errada; 71% viam razões insuficientes para impedir a viagem de Fox; e 35% deram ao Congresso notas baixas. Mais da metade disse que os legisladores estavam colocando os interesses partidários à frente do bem-estar nacional".

63. Para uma excelente revisão na área de cooperação de segurança no Brasil e no Cone Sul, ver David Pion-Berlin, "Irão os Soldados Seguirem? Integração Econômica e Segurança Regional no Cone Sul", Jornal de Estudos Inter-Americanos e Assuntos Mundiais, Vol. 42, primavera de 2000, pp. 43-69. Um ponto importante focado por Pion-Berlin é de que o Mercosul teve um efeito muito positivo na cooperação de segurança entre o Brasil e os países do Cone Sul. Pion-Berlin também nota que os militares nesses países estão em sintonia com a realidade econômica que está no melhor de seus interesses para cooperar com os outros militares da região - podemos chamar isto de conexão de interdependência econômica e de segurança.

64. Jean Krasno, "Brasil", nas edições de Robert Chase, Emily Hill e Paul Kennedy, Os Estados Fundamentais, Nova York: W. W. Norton & Co., 1999, pp. 165-168.

65. Banco Mundial, Relatório de Desenvolvimento Mundial: 2000-2001, Nova York, NY: Gráfica da Universidade de Oxford, 2001, pp. 274-275.

66. Pesquisas Regionais Mundiais, América do Sul, América Central e o Caribe 2000, Londres, Inglaterra, Publicações Europa, p. 149.

67. Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, O Equilíbrio Militar: 2001-2002, Londres, Inglaterra: Gráfica da Universidade de Oxford, 2001, pp. 223-224.

68. Max Manwaring, "A Segurança Brasileira Na Nova Desordem Mundial: Implicações para as Relações Cívico-Militares", nas edições de Richard Millett e Michael God-Biss, Além do Praetorianismo: Os Militares Latino-Americanos em Transição, Miami, Flórida: Gráfica do Centro Norte-Sul, 1996, pp. 223-240.

69. Para a melhor fonte acerca deste conflito, ver as edições de Gabriel Marcella e Richard Downes, Cooperação de Segurança no Hemisfério Ocidental: Resolvendo o Conflito Equador-Peru, Coral Gables, Flórida, Gráfica do Centro Norte-Sul, 1999. Deve-se observar que o oficial de mais alta patente durante toda a missão de Operação de Paz foi um General brasileiro.

70. Peter H. Smith, As Garras da Águia: A Dinâmica das Relações EUA-América Latina, Nova York, NY: Gráfica da Universidade de Oxford, 2000, pp. 335-336.

71. Joseph S. Tulchin e Ralph H. Espach, "A América Latina No Sistema Internacional: Uma Solicitação para o Pensamento Estratégico", nas edições de Joseph S. Tulchin e Ralph H. Espach, A América Latina No Sistema Internacional, Boulder, Colorado: Publicações Lynne Rienner, 2001, pp. 16-31.

72. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Berkley, Califórnia, Gráfica da Universidade da Califórnia, 1979.

73. Fernando Henrique Cardoso, Reinventando a Democracia no Brasil, Boulder, Colorado: Lynne Rienner, 1999.

74. Alan Gilbert, A Cidade Latino-Americana, Londres, Gráfica Russel, 1998,pp. 14-17, 42. De acordo com o Banco Mundial (1990), 56% dos brasileiros residentes em áreas urbanas eram pobres ou extremamente pobres e 87% da população rural era pobre ou extremamente pobre. Nenhum outro país da América Latina tinha mais pobreza do que o Brasil.

75. Maria D'Alva G. Kinzo, "Transições: Brasil", nas edições de Manuel Antônio Garretón e Edward Newman, Democracia na América Latina: (Re)construindo a Sociedade Política, Tóquio, Gráfica da Universidade das Nações Unidas, 2001, p. 41.

76. Menciono isso em Joseph R. Nuñez, Lutando contra a Trindade Hobbesiana na Colômbia: Uma Nova Estratégia para a Paz, Carlisle, PA: Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA, Instituto para Estudos Estratégicos, 2001, pp. 27-28, 32-33.

77. O autor entrevista autoridades brasileiras, militares e civis, no Ministério da Defesa, Brasília, Brasil, de 4-8 de junho de 2001. Diálogos entre o autor e oficiais militares brasileiros nos Estados Unidos entre 1 de março e 12 de abril de 2002.

78. Nunez, Lutando contra a Trindade Hobbesiana, pp. 13-16.

79. Para uma melhor discussão acerca dos desafios brasileiros em afirmar sua liderança, ver Thomaz Guedes da Costa, "A Liderança Brasileira na América do Sul: Possibilidades e Limites na Encruzilhada das Relações EUA-Brasil", um capítulo de um livro sobre cooperação de segurança hemisférica a ser publicado pela Gráfica da *National Defense University* em 2002.

80. Larry Rohter, "Na Crise Argentina, Os Militares Acompanham", *New York Times*, 24 de fevereiro de 2002, p. 16.

81. *Ibid.*

82. James Bain, Marcela Donadio, Ian Kemp, Hal Klepak e Luis Tibiletti, "Compromisso Com A Nova Ordem", revista *Jane's Defence Weekly*, 29 de setembro de 1999, p. 1.

83. Para ler mais acerca das medidas de construção de confiança, ver Francisco Rojas Aravena, "Construção de Medidas de Segurança e Equilíbrio Estratégico: Um Passo Para a Expansão e a Estabilidade", com as edições de Joseph S. Tulchin, Francisco Rojas Aravena e Ralph H. Espach, Equilíbrio Estratégico e Construção de Medidas de Confiança nas Américas, Washington, Centro Gráfico Woodrow Wilson, 1998.

84. Jorge Dominguez, Ministro de Defesa da República da Argentina, "Argentina, Parceira da OTAN no Atlântico Sul", *NATO Review*, Vol 47, primavera de 1999, pp. 7-10.

85. Departamento de Operações de Paz, "Relatório Mensal dos Contribuintes", Nações Unidas, 31 de março de 2002, http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/mar02.htm.

86. H. Peter Langille, "*SHIRBRIG*: Um Passo de Garantia em Direção à uma ONU que possa Prevenir Conflitos Mortais", Fórum de Políticas Globais, primavera de 2000, http: //www.globalpolicy.org/security/peacekpg/reform/canada.htm. Ver também "A Origem e o Status da *SHIRBRIG*", Departamento de Defesa Nacional (Canadá), 20 de setembro de 2000, http:// www.dnd.ca/eng/archive/2000/sept00/21shirbrig_b_e.htm, e *News Release*, "As Forças Canadenses Desdobradas nas Missões de Operações de Paz da ONU na Etiópia e Eritréia, Departamento de Defesa Nacional, 21 de novembro de 2000, http:// www.dnd.ca/eng/archive/2000/nov00/21eclipse1_n_e.htm.

87. Esta informação foi derivada do endereço eletrônico oficial da CAECOPAZ, http: //www.un.int/argentina/english/caecopaz/caeco.htm.

88. Para um melhor análise desta transformação militar, ver Herbert C. Huser, "Alcance Global da Argentina Democrática: Os Militares Argentinos em Operações de Paz", Publicação *Naval War College Review*, Vol. 51, verão de 1998, pp. 55-69.

89. Ricardo Lagos, Presidente do Chile, "Acordo Bilateral de Comércio entre os EUA-Chile e a ALCA", discurso diante da Câmara de Comércio dos EUA, Publicação da *Federal News Service*, 16 de abril de 2001.

90. Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, O Equilíbrio Militar, 2001-2002, Londres: Gráfica da Universidade de Oxford, 2001, pp. 226-227.

91. Guillermo Patillo, "O Pressuposto da Defesa no Chile: Processos Decisórios e Proposta de Indicadores e Evolução", Publicação *Security and Defense Studies Review*: Jornal Interdisciplinar do Center for Hemispheric Defense Studies, Vol. 1, inverno de 2001. Ver também CESIM, "Lei Reservada do Cobre: Fonte e Mecanismo de Recursos para a Defesa do Chile", http://www.cesim.cl/pags/investigacion/pags/20000606175132.html.

92. Anônimo, "O Chile Quer Comprar Aviões F-16, Chile Cancela Proposta de Compra de Fragatas; Os EUA Agora Focam o Programa F-X dos Brasileiros", Publicação *Defense & Foreign Affairs Strategic Policy*, Vol. 30, fevereiro de 2002, p. 3.

93. É importante ressaltar que as memórias do período ditatorial militar de Pinochet ainda perduram. Entretanto, os militares aparentemente estão se adaptando bem a um maior controle civil.

94. Esta informação é oriunda do endereço eletrônico http://www.ejercito.cl/internacional/timor.htm.

95. Departamento de Operações de Paz, "Relatório Mensal dos Contribuintes", Nações Unidas, 31 de março de 2002, http://www.un.org/Depts/dpko/contributors/mar02.htm.

96. Estas operações cobrem a larga escala de operações militares que vão além do engajamento das atividades em tempos de paz, sem chegar às operações de guerra convencional. Além das missões já citadas, estão incluídas operações de demonstração de força, intervenções, ataques limitados, operações de evacuação de não combatentes, operações de contraterrorismo e de alívio a desastres. Francamente, é plausível que com o tempo e com o apoio dos Estados membros, estas forças multinacionais poderiam ser empregadas na maioria das operações de guerra convencional, embora tal missão seria uma prioridade secundária.

97. Um bom exemplo de onde tais forças poderiam ser necessárias no futuro é o Haiti, onde o governo enfrenta incríveis dificuldades para proporcionar serviços públicos básicos (tais como segurança) e aparentemente não se encontra a favor de uma reconciliação com os partidos de oposição.

98. Assembléia Geral da OEA, Carta Democrática Inter-Americana, Lima Peru: OEA, 11 de setembro de 2001.

99. Robert D. Burhans, A Primeira Força de Serviços Especiais: Um História de Guerra dos norte-americanos, 1942-1944, Washington, DC: Publicação *Infantry Journal Press*, 1947, p. 10. Ver também Joseph A. Springer, A Brigada do Demônio Negro: A Verdadeira Estória da Primeira Força de Serviço Especial, Pacífica, CA: História Militar Pacífica, 2002.

100. *Ibid,* p. 42.

101. *Ibid,* p. 14.

102. *Ibid,* p. 47.

103. *Ibid,* pp. 299-300.

104. Em muitas missões, existe uma necessidade maior de unidades de apoio ao combate e logísticas. Por exemplo, durante operações de paz e assistência humanitária, polícia militar, engenheiros, transporte e unidades médicas são freqüentemente mais necessárias do que as unidades de infantaria. O ideal é que tais unidades sejam capazes de rapidamente adaptar sua organização para atender as exigências das missões, o que inclui deixar alguns elementos para trás, usar elementos para outros propósitos ou acrescentar unidades de fora da organização. Existe ainda a necessidade de integrar forças de operações especiais como parte das *FSSF*.

105. O padrão para o rápido desdobramento é que um batalhão força-tarefa (até 1.200 homens) seja capaz de desdobrar-se no prazo de 24 horas após a notificação. As *FSSF*, por inteiro, devem ser capazes de desdobrarem no prazo de 72 horas após a notificação.

106. O encorajamento de aliados é um novo tema em Washington que substitui a vaga noção de "engajamento". Ver mais sobre o assunto no Relatório *Quadrennial Defense Review Report*, por Donald H. Rumsfeld, Washington, DC: Escritóri

---

*O Coronel Joseph R. Núñez, Exército dos Estados Unidos, é Professor no Departamento de Segurança Nacional e Estratégia da Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA. Com mais de 25 anos de serviço, o Coronel Núñez já comandou em nível de companhia e batalhão, ministrou Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Academia Militar dos EUA (West Point) e serviu no Haiti em 1994, junto à 10ª Divisão de Montanha (Infantaria Leve) durante a Operação Suporte à Democracia (*Uphold Support*). Seus interesses em pesquisa estão concentrados nas Américas e foram refletidos em sua dissertação de pesquisa. Mais recentemente, o Instituto de Estudos Estratégicos publicou sua monografia*, "Fighting the Hobbesian Trinity in Colombia: A New Strategy for Peace" *(também publicado como um artigo no Aerospace Power Journal em Espanhol). Seu artigo "*Homeland and Hemisphere*" foi publicado pelo* Christian Science Monitor *em 20 de dezembro de 2001. O Coronel Núñez é regularmente citado pelos principais jornais na América do Norte, América do Sul e Europa por seus pontos de vista acerca de assuntos de segurança dentro do Hemisfério Ocidental. Graduado* cum laude *pela Universidade St. Lawrence, ele possui um mestrado na área de Governo pela Universidade da Virgínia e está atualmente concluindo seu PhD. em Relações Internacionais pela Universidade da Virgínia. O Coronel Núñez é também graduado pela Escola Superior de Guerra do Exército dos Estados Unidos.*